

EXERCÍCIO de 2019

- RELATÓRIO de GESTÃO
- BALANÇO ANALÍTICO
- DEMONSTRAÇÃO dos RESULTADOS
- DEMONSTRAÇÃO das ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
- DEMONSTRAÇÃO dos FLUXOS de CAIXA
- ANEXO ao BALANÇO e à DEMONSTRAÇÃO dos RESULTADOS

Trofa, 2020 março.



RELATÓRIO DE GESTÃO DE BIAL - PORTELA & C^a, S.A.

1. ENQUADRAMENTO NO GRUPO BIAL

BIAL - Portela & C^a, S.A. tem como atividades principais a investigação e o desenvolvimento de novos medicamentos, a par da produção, comercialização e promoção de medicamentos de patente própria e sob licença de empresas farmacêuticas internacionais, quer para o mercado internacional, quer para o mercado nacional.

BIAL - Portela & C^a, S.A. é a principal empresa do Grupo BIAL, tanto em volume de negócios e ativos, como em número de colaboradores, sendo detida a 100% pela BIAL Holding, S.A. O volume de negócios de BIAL - Portela & C^a, S.A., em 2019, representou 70% da faturação consolidada do Grupo e representa 51% dos seus colaboradores.

Em 2019 foi consolidada a sua atividade, sendo de realçar o crescimento de 12.5% das vendas, o valor dos "milestones" provenientes dos contratos de licença com empresas terceiras (+78%), e o reforço da sua estrutura funcional.

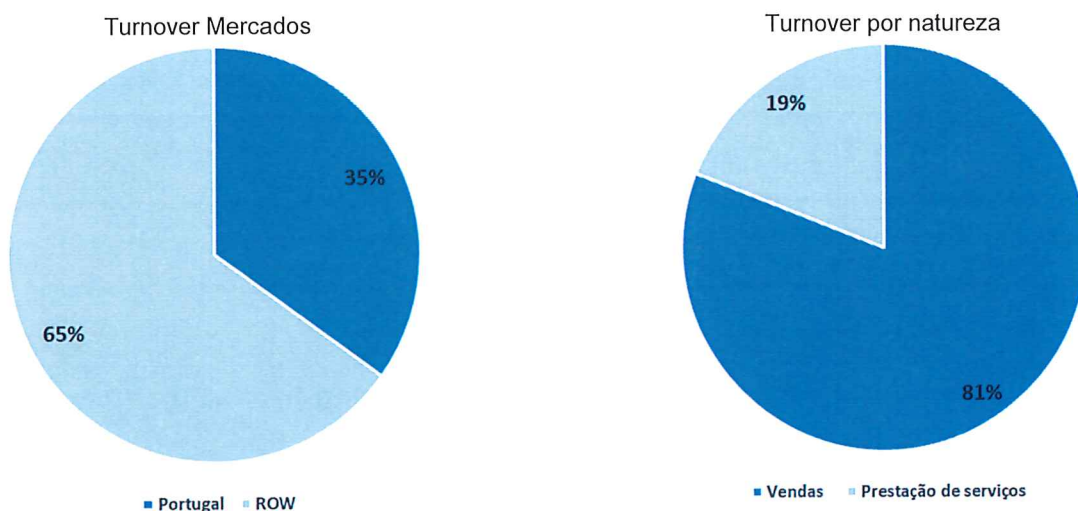
O seu volume de negócios foi de € 205'162'140 (+3% face ao ano anterior), dos quais € 166'952'388 correspondem a vendas (+12.5% face ao ano anterior) e € 38'209'753 a serviços prestados (-26% face ao ano anterior). O crescimento significativo das vendas resultou novamente da forte dinâmica das exportações que atingiram os € 103 M, +29% do que em 2018. BIAL - Portela & C^a, S.A. é uma das principais empresas exportadoras de Portugal, e as suas exportações são baseadas em medicamentos de investigação própria de elevado valor acrescentado nacional. Nas suas exportações, destacam-se o Zebinix \ Aptiom e o Ongentys que, no conjunto, representaram € 80 M. Essas exportações são realizadas para países da União Europeia e para os EUA, o que demonstra a mais valia terapêutica que esses dois medicamentos de investigação BIAL têm para os doentes com epilepsia e doença de Parkinson. Esta evolução é o resultado de uma estratégia de longo prazo baseada na I&D e na internacionalização, resultante de medicamentos inovadores próprios, que permitirá um crescimento sustentado a prazo nos principais mercados farmacêuticos mundiais, reduzindo fortemente a dependência da empresa no mercado português. No mercado interno, as vendas foram de € 64 M (-7%), representado 38% das vendas totais.

A prestação de serviços ao exterior foi de € 31 M, uma redução de 32% face a 2018, mas é de salientar que a prestação de serviços a terceiras empresas, resultantes de contratos de licenciamento, aumentou em 78%. A prestação deste tipo de serviços está associada às receitas de "milestones" relativas aos contratos de licenciamento dos medicamentos de investigação BIAL. Em 2019, o valor recebido decorre dos contratos de licenciamento com a Neurocrine Biosciences, relativo ao licenciamento para os EUA e Canadá do Ongentys, do qual foi recebido um novo "milestone" de USD 10 M; do contrato assinado com a ONO, relativo ao licenciamento para o Japão do Ongentys, de que foi recebido um novo "milestone" de € 11,6M; da SK Chemicals, relativo ao licenciamento para a Coreia do Sul do Ongentys, do qual foi recebido um "milestone" de € 1,5 M; e da empresa TMC relativo ao licenciamento de Ongentys para Taiwan, de que foi recebido um "milestone" de € 0,3 M. Em 2019, não foi assinado nenhum acordo de licença entre empresas do Grupo, que em 2018 tinham representado uma faturação de € 24,5 M. A prestação de serviços no mercado nacional foi de

€ 7,6 M, +15% do que no ano anterior, e resulta de serviços promocionais em Portugal relativos a alguns medicamentos licenciados a companhias farmacêuticas internacionais.

Tem sido reforçado ao longo dos últimos anos o peso do “turnover” com origem internacional, que em 2019 representou 65% em BIAL - Portela & C^a, S.A., valor obviamente inferior ao do Grupo, em que os mercados internacionais já representam 76% do volume de negócios.

BIAL mantém em Portugal uma forte presença no mercado ambulatorio, ocupando os produtos por si promovidos a 6^a posição nesse mercado (informação IQVIA). Mas a atividade de BIAL - Portela & C^a, S.A. está progressivamente menos dependente do mercado nacional, o que reforça as suas perspetivas de crescimento e a sua menor dependência a qualquer mercado em particular, fruto da diversificação das suas exportações e da prestação de serviços.



2. ESTRATÉGIA DE BIAL

A estratégia de BIAL assenta em três pilares: Qualidade, Investigação & Desenvolvimento e Internacionalização. A Qualidade é transversal e obrigatória em toda a atividade do Grupo, a I&D e a Internacionalização são os eixos do crescimento sustentado a médio e longo prazo, como se verificou no exercício de 2019 e anteriores. Ambas estão intimamente relacionadas, uma vez que a internacionalização assenta essencialmente nos novos medicamentos de investigação BIAL, e o financiamento dos investimentos de I&D só é viável com a comercialização dos produtos de investigação BIAL nos principais mercados farmacêuticos mundiais. Espanha, Portugal e os EUA são os mercados mais importantes para o Grupo, perspetivando-se a médio prazo crescimentos importantes em mercados como o italiano, alemão e japonês, que irão assumir um peso crescente na faturação do Grupo.

Em 2019, a empresa deu continuidade à sua estratégia, baseada no prosseguimento dos seus projetos de I&D, nomeadamente nos projetos cujos medicamentos já estão a ser comercializados, assim como em projetos mais recentes que visam o lançamento a médio prazo de novos medicamentos a nível mundial.

No projeto BIA2 (Acetato de Eslicarbazepina), de que resultou um medicamento inovador para a epilepsia, comercializado com as marcas Zebinix e Aptiom, continuam a realizar-se alguns

estudos e ensaios clínicos. O medicamento está aprovado pela FDA (EUA) e pela EMA (União Europeia) para a sua utilização em terapia adjuvante, monoterapia e pediatria, estando finalizada a obtenção de novas indicações terapêuticas. Está a decorrer o processo de aprovação na Suíça e Coreia do Sul. Os investimentos em curso têm como objetivo robustecer uma melhor utilização clínica, nomeadamente face a outros fármacos e para perfis de doentes específicos. É importante conhecer melhor, em situações de prática clínica do dia a dia, o seu efeito terapêutico, pelo que os estudos em curso têm uma mais valia significativa para os neurologistas e pacientes.

No BIA9 (Opicapone), de que resultou um novo medicamento para a doença de Parkinson, comercializado com a marca Ongentys, que foi aprovado pela EMA em 2016, estando já a ser comercializado, desde outubro de 2016 na Alemanha e Reino Unido, desde maio de 2017 em Espanha, e desde setembro de 2018 em Portugal e Itália. Está em curso a sua aprovação pelas autoridades de saúde dos EUA e Japão, onde foi licenciado a empresas farmacêuticas com presença local. Em 2019 foi aprovado na Suíça e Coreia do Sul, onde se prevê o seu lançamento em 2020. Presentemente estão em curso estudos e ensaios clínicos de fase IV com o objetivo de obter um melhor conhecimento dos seus efeitos terapêuticos, nomeadamente em condições de prática clínica corrente. Este novo fármaco, tal como o Zebinix, é produzido em BIAL - Portela & C^a, S.A. para a União Europeia e outros países, o que tem reforçado a componente exportadora da empresa.

Na I&D foram aplicados € 45,1 M (€ 54,2 M em 2018), excluindo amortizações de I&D de € 21,5 M (€ 20,4 M em 2018) e direitos de propriedade intelectual de € 3,5 M (€ 2,0 M em 2018). Somente € 10,3 M foram capitalizados, sendo os restantes valores registados como gastos do exercício, no valor de € 57,5 M, incluindo os € 21,5 M de amortizações. No projeto BIA2 - Acetato de Eslicarbazepina - foram capitalizados € 1,8 M e no projeto BIA9 - Opicapone - foram capitalizados € 5,2 M, sendo o restante valor contabilizado em direitos de propriedade industrial. A redução dos gastos em I&D foi o resultado da evolução dos projetos e da respetiva faturação por parte dos prestadores de serviços, prevendo-se no corrente ano um valor superior a cinquenta milhões de euros, não tendo sido consequência de qualquer decisão em reduzir o investimento.

Além dos referidos projetos, estão a ser realizados trabalhos clínicos e pré-clínicos em outros projetos relativos a novos produtos, sendo de realçar o projeto BIA5, cuja nova molécula tem a designação internacional de "Zamicastat". Tem como indicação terapêutica a hipertensão pulmonar arterial, doença com um número muitíssimo limitado de opções terapêuticas e com taxas de mortalidade muito elevadas. Estão em curso diversos ensaios clínicos de fase I e de fase II na Europa. Em 2019, é de salientar a aprovação pela FDA do estatuto de medicamento órfão, o que permitirá um programa de ensaios clínicos mais intenso, prevendo-se no corrente ano iniciarem-se nos EUA ensaios clínicos de fase II/III, de forma a obterem-se resultados clínicos que permitam fazer uma avaliação da eficácia clínica em pacientes.

Terminado um ciclo de investimento concentrado nos projetos BIA2 e BIA9, foi iniciado um novo ciclo em novos projetos, dos quais, como referido, o BIA5 que está em fase II de ensaios clínicos e os restantes projetos estão presentemente em fase pré-clínica. Abrangem algumas novas áreas terapêuticas e há a expectativa de poderem no futuro virem a constituir opções terapêuticas muito interessantes. Prevemos que, no corrente ano, entrem em ensaios clínicos de fase I, o BIA12 e o BIA19.

Em 2018, 2019 e já em 2020 foi reforçada a estrutura física e humana da área de investigação e desenvolvimento de BIAL, de forma a haver condições para trabalharmos em sete a oito projetos em simultâneo, e acelerar a entrada de novos medicamentos no mercado. É um enorme desafio para BIAL, mas é a garantia do seu desenvolvimento sustentado a longo

Handwritten notes and signatures in blue ink, including initials and the number 3/13.

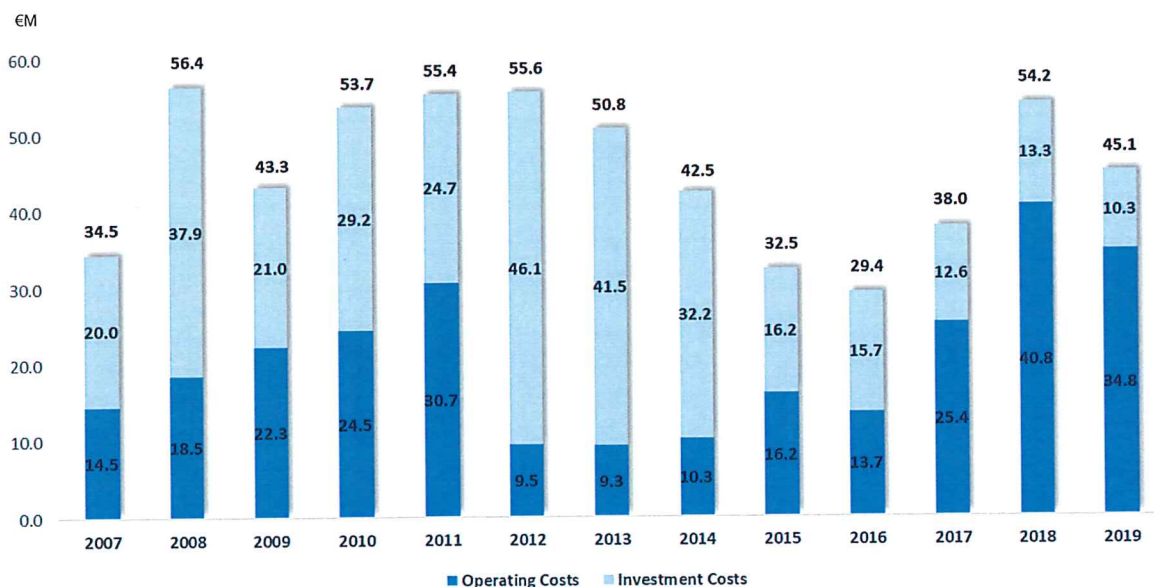
prazo. É de mencionar que, em 2019, 53% do volume de negócios de BIAL - Portela & C^a, S.A. foi proveniente da faturação de medicamentos de investigação BIAL e da prestação de serviços decorrentes de contratos de licenciamento.

Como se pode concluir pelo seguinte quadro, há um investimento sustentado e de grande relevância nas atividades de I&D em BIAL:

Milhares de euros

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ativo intangível (I&D)	17 576	35 674	19 018	27 178	24 344	46 132	41 478	32 082	15 776	12 821	11 320	10 602	5 537
Patentes	715	1 117	1 094	758	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo tangível	1 727	1 088	858	2 113	361	35	41	264	473	877	1 272	2 732	1 574
Sub-Total	20 018	37 879	20 970	30 049	24 705	46 167	41 519	32 346	16 249	13 698	12 592	13 334	7 111
Despesas com fornecimentos e serviços e outros custos	11 050	14 535	17 905	18 702	25 434	4 690	3 765	4 126	10 017	8 685	17 697	31 878	27 604
Despesas com pessoal	3 401	3 950	4 438	4 910	5 281	5 164	5 502	6 097	6 209	7 009	7 680	8 951	10 407
TOTAL	34 469	56 364	43 313	53 660	55 420	56 021	50 786	42 569	32 475	29 392	37 969	54 164	45 121

(sem amortizações de ativos de I&D)



BIAL apresenta um rácio de investimento em investigação em relação ao seu “turnover” muito significativo traduzindo, por um lado, os custos elevados da investigação clínica e, por outro lado, o seu nível de faturação que não reflete todo o potencial dos seus dois medicamentos de investigação própria. Quer o crescimento de BIAL - Portela & C^a, S.A., quer das restantes filiais do Grupo nos últimos anos, e que se prevê seja reforçado no próximo triénio, permitirá aumentar em valor absoluto o investimento em I&D. Será possível ter mais projetos, mantendo o equilíbrio económico e financeiro, e potenciar o crescimento do Grupo.

A internacionalização é outro dos eixos estratégicos da empresa BIAL - Portela & C^a, S.A. e do Grupo. Em 2019, as receitas provenientes do estrangeiro representaram 65% do seu total, atingindo os € 134 M. É de realçar que as exportações de medicamentos foram de € 103 M, um crescimento de 29% face a 2018. Estimamos que em 2020 ultrapassem os € 115 M. Para este crescimento contribuirão de forma significativa as exportações de Ongentys. A nível internacional acrescerão os “milestones” provenientes dos contratos de licença, que se estimam em € 27 M em 2020.

A política comercial de BIAL na área internacional assenta, por um lado, na comercialização e promoção da sua gama de produtos em diversos países e, por outro lado, na

4/13

comercialização dos seus produtos de I&D própria, que são e serão o motor do crescimento da atividade internacional do Grupo.

A comercialização da sua gama, quer de produtos próprios, quer de licença, sempre com marca BIAL, baseia-se em modelos de negócio distintos, com o objetivo de potenciar a sua comercialização e atender às especificidades dos mercados e da estrutura de BIAL. São de salientar:

- Comercialização e/ou promoção através de filiais do Grupo e com equipas próprias em Espanha, Alemanha, Reino Unido, Itália, Moçambique, Angola e nos países da FWA (French West Africa).
- Comercialização dos produtos de investigação própria através de acordos de licença em alguns mercados, como já acontece nos EUA, Canadá, França, países nórdicos, e outros, e irá acontecer no Japão, China e Coreia do Sul, onde já há contratos de licença assinados.
- Apoio direto a equipas comerciais através de orientação estratégica e de formação científica e de marketing proporcionada por BIAL, o que acontece em diversas zonas geográficas da América Latina, Médio Oriente e Ásia.
- Parcerias comerciais com distribuidores locais, nomeadamente em regime de representação exclusiva, em alguns países de menor dimensão.

Como referido, para os medicamentos de I&D própria, a comercialização \ promoção é efetuada diretamente ou por empresas licenciadas. Esta foi a estratégia para a comercialização do nosso antiepilético, quer pela receita de “milestones” que origina, quer pela possibilidade de se lançar o medicamento nos mais importantes mercados mundiais onde BIAL não estava na altura presente (EUA, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, ...). Com a expansão do Grupo na União Europeia, com filiais em Espanha, Alemanha, Reino Unido e Itália, a estratégia com Ongentys foi diferente, com BIAL a lançar diretamente nesses mercados o seu medicamento e com resultados comerciais muito interessantes. Foi um passo significativo na internacionalização do Grupo e na sua autonomia face a terceiros, prevendo-se que em 2020 inicie diretamente a comercialização e promoção de Ongentys na Suíça.

No mercado nacional, a política de saúde, em particular a dos medicamentos comercializados no mercado ambulatorio, continua a contribuir para um menor crescimento da faturação de BIAL. O mercado português teve um forte decréscimo em valor, na ordem dos 30%, em 2012/2013, tendo estabilizado a partir de 2014/2015 mas ainda não recuperou para os níveis anteriores à crise. Acresce uma política muito agressiva de prescrição de medicamentos genéricos, que representam 48% de quota de mercado em volume, embora com tendência para estabilizar. No Top 10 do mercado ambulatorio, três das empresas são de genéricos, uma das quais é a líder do mercado, o que reflete a sua importância, situação única na União Europeia.

A evolução de BIAL no mercado ambulatorio nacional depende do potencial da sua gama de medicamentos e de uma atividade de comunicação consistente, apoiada numa imagem muito forte junto dos profissionais de saúde. Em 2019 é de realçar o lançamento de Elvanse, licença da Takeda/Shire, em abril, com indicação terapêutica para a hiperatividade e défice de atenção, e em maio um novo medicamento na área respiratória, para a Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica, licença da GlaxoSmithKline, com a marca Elebrato. Estes novos medicamentos permitem a renovação da gama com medicamentos inovadores, com elevado valor acrescentado para os pacientes. Dessa forma será compensada a perda de patente de alguns outros fármacos comercializados por BIAL, que foram descontinuados ou terminada a sua promoção (Exxiv, Vytorin e Copalia).



Em 2020, no início de março, iniciou-se a comercialização de dois novos medicamentos para a diabetes, licenças da AstraZeneca, com as marcas Edistride e Ebymect, pertencentes a uma nova classe terapêutica na área da diabetes (iSGLT2). São medicamentos inovadores que irão possibilitar o acesso dos doentes portugueses a novos fármacos que melhorarão o controlo da diabetes e, conseqüentemente, a sua qualidade e esperança de vida.

Até ao final do ano prevê-se o lançamento dum novo antiepilético, que permitirá aos médicos e doentes nacionais uma nova alternativa. BIAL presentemente já comercializa dois medicamentos antiepiléticos inovadores, um dos quais - Zebinix - líder de mercado.

Em 2018 foi reformulada a distribuição e promoção do portfolio da gama de medicamentos OTCs, assumindo BIAL diretamente a sua promoção através da BIAL Consumer Health e a sua distribuição assegurada por um distribuidor especializado. Em 2019 foi dada continuidade a esse trabalho, sendo de realçar no final do ano a reformulação e modernização da gama Reumon, com nova imagem e material de acondicionamento. Em 2020 prevê-se o início da comercialização de um novo medicamento não sujeito a receita médica.

A distribuição de vendas em Portugal, por áreas terapêuticas, assim como as quotas de mercado dos produtos mais importantes, são as seguintes:

CLASSE TERAPÊUTICA	PRINCIPAIS PRODUTOS	% NAS VENDAS
Sistema Nervoso Central	ZEBINIX, SEDOXIL, ELONTRIL, NEUPRO, VIMPAT, DORMIDINA, ONGENTYS, ELVANSE	32.7%
Antidiabético	ZOMARIST, JALRA	17.6%
Aparelho Respiratório	BRISOMAX, REVINTY, LAVENTAIR, RINIALER, DILAMAX, BRISOVENT, DIACOL	13.8%
Área Cardiovascular	COPALIA, ORVATEZ, CARDIPRIL	12.7%
Sistema Músculo-Esquelético	REUMON, RANTUDIL, EXXIV	9.8%
Antibióticos	CLAVAMOX, TRICEF	6.7%
Antianémicos	FOLIFER, FOLICIL	4.8%

PRODUTOS	POSIÇÃO	Q.M. Dez/2019 (QVIA)	SUBCLASSE TERAPÊUTICA
ZOMARIST	5ª	10%	Antidiabético
ZEBINIX	1ª	9%	Antiepilético
COPALIA	3ª	8%	Antihipertensor
SEDOXIL	1ª	16%	Ansiolítico
CLAVAMOX	1ª	29%	Antibiótico
BRISOMAX	3ª	8% (HMR)	Antiasmáticos Associações
REUMON	3ª	8%	Anti-inflamatório tópico
RANTUDIL	3ª	7%	Anti-inflamatório
ELONTRIL	4ª	4%	Antidepressivo
NEUPRO	3ª	12%	Antiparkinsoniano
ONGENTYS	4ª	10%	Antiparkinsoniano
FOLIFER	1ª	26%	Antianémico comb.
FOLICIL	1ª	74%	Antianémico fólico
DORMIDINA	2ª	11% (HMR)	Insónia Ligeira
ELVANSE	3ª	10%	Psicoestimulante
YODAFAR	1ª	92%	Terapia de Iodo

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials, along with the date 6/13.

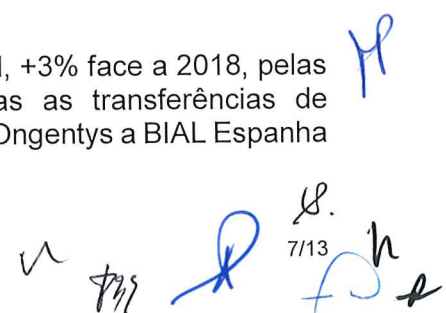
BIAL tem uma imagem institucional forte, uma gama de medicamentos inovadora, uma qualidade excelente, uma contínua procura de melhoria do seu desempenho, a par de um programa de I&D único em Portugal e dos mais expressivos, em termos relativos, a nível internacional. Os resultados comerciais provenientes da I&D BIAL começaram em 2014 a ter uma expressão significativa na sua atividade e têm vindo, desde então, a crescer de forma sustentada. Em 2019, Zebinix \ Aptiom e Ongentys representaram 53% das vendas de medicamentos do Grupo, atingindo, em termos consolidados, os € 138 M, dos quais € 108 M de Zebinix\Aptiom e € 30 M de Ongentys. Nos próximos anos o contributo comercial do BIA2 e, especialmente, do BIA9 continuará a ser determinante e a contribuir para o crescimento e internacionalização do Grupo. O Zebinix está comercializado na maioria dos países da União Europeia e Aptiom no EUA e Canadá, prevendo-se uma estabilização das vendas nos próximos três anos. Quanto a Ongentys, está comercializado em cinco países em 2019 (Alemanha, Reino Unido, Espanha, Itália e Portugal) e o seu potencial de crescimento é enorme. Em 2020 prevê-se o seu lançamento nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça, o que implicará um forte crescimento da sua faturação, que poderá duplicar face a 2019. A médio prazo irá ser o medicamento de maior faturação do Grupo, o mais global e presente nos principais mercados mundiais. Em 2021 prevê-se o lançamento em novos países, como a China, países nórdicos, Roménia, Benelux e Austrália, reforçando-se o seu potencial de crescimento.

A conjugação dos três vetores estratégicos fundamentais - Qualidade / I&D / Internacionalização - é a base do desenvolvimento equilibrado e sustentado a médio prazo, criador de valor, baseado no conhecimento e na diferenciação, focado na satisfação das necessidades dos pacientes. Após os anos difíceis de 2010 e 2011, causados pelo atraso da aprovação do Aptiom nos EUA, a situação evoluiu favoravelmente em 2012, em que é de destacar o licenciamento do Ongentys para o Japão, e em 2013, a aprovação do Aptiom nos EUA. Em 2014, o início da comercialização do Aptiom nos EUA foi um marco importante na história de BIAL. Em 2015, a aprovação da utilização em monoterapia nos EUA do Aptiom é igualmente outro marco no desenvolvimento de BIAL, assim como em 2017 a sua aprovação na União Europeia. Em 2017 é de assinalar os acordos de licenciamento do Ongentys para os EUA, Coreia do Sul e China, assim como do Zebinix para a Coreia do Sul, o que implicará "milestones" importantes e, como já referido, o lançamento nesses mercados dos medicamentos de investigação BIAL. Estamos confiantes que 2020 será um ano marcante em BIAL, com a aprovação e lançamento de Ongentys nos dois principais mercados mundiais da doença de Parkinson, EUA e Japão.

A par do crescimento da atividade comercial de BIAL - Portela & C^a, S.A. nos últimos anos, assim como das restantes empresas do Grupo, as receitas provenientes das transferências de tecnologia foram importantes para a situação económica e financeira de BIAL. No conjunto dos diversos contratos de licenciamento em vigor, os "milestones" a receber poderão ascender, nos próximos anos, aos € 106 M. É um valor significativo, mas menos relevante, em termos relativos, ao que foi no passado. Presentemente, o grande contributo dos produtos de investigação BIAL são as vendas que geram e a capacidade de libertarem meios financeiros, para apoiarem os projetos de I&D em curso e as restantes atividades de BIAL.

3. SITUAÇÃO ECONÓMICO e FINANCEIRA

O volume de negócios de BIAL - Portela & C^a, S.A. foi de € 205,2 M, +3% face a 2018, pelas razões anteriormente apresentadas. Se não forem consideradas as transferências de tecnologia internas ao Grupo realizadas em 2018 (licenciamento de Ongentys a BIAL Espanha



e a BIAL Itália), o crescimento foi de 17%, o que revela a forte dinâmica internacional, com as exportações a crescerem 29%.

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos foram positivos em € 34,4 M, mantendo-se estável face a 2018 (-0,1%). No entanto, considerando que em 2018 a empresa teve uma receita líquida de € 24,5 M provenientes de contratos de licenciamento intragrupo, há uma melhoria significativa da sua estrutura de custos e da margem bruta das suas vendas. Nos custos do exercício estão incluídos € 34,8 M diretamente relacionados com os projetos de I&D (despesas com pessoal de I&D e fornecimentos e serviços não capitalizados). A esse valor há que acrescentar as amortizações de I&D (€ 21,5 M) e as imparidades (€ 2,3 M), pelo que os resultados do exercício estão afetados diretamente por € 58,6 M por gastos de I&D. Há igualmente que considerar outros gastos indiretos, como gastos financeiros e jurídicos com a proteção preventiva das nossas patentes. Estes valores evidenciam uma atividade corrente rentável, que permite autofinanciar os projetos de I&D. Tem sido um dos objetivos de gestão conciliar o investimento em I&D com níveis de rentabilidade adequados e com uma boa autonomia financeira.

As despesas com pessoal foram de € 30,2 M, das quais € 10,4 M relativas às atividades de I&D. As despesas com pessoal cresceram 7% face a 2018, e 78% desse crescimento resultou das despesas com colaboradores da área de I&D, na sequência do aumento do número de investigadores.

As amortizações do exercício e imparidades/reversões foram de € 24,6 M, +6% que em 2018, das quais € 23,8 M são relativas aos projetos de I&D. É igualmente muito relevante a importância da I&D neste item da conta de resultados.

Os Resultados Operacionais, antes de gastos de financiamento e impostos, são positivos em € 9,8 M, face aos € 11,5 M de 2018. Embora sejam valores próximos, refletem uma estrutura de receitas e custos muito distinta, nomeadamente ao nível dos "milestones" e Fornecimentos e Serviços Externos

Os resultados financeiros são negativos em € 7,9 M, um ligeiro agravamento face a 2018 (- € 7,8 M). As principais rubricas são os juros suportados (€ 5,9 M) do lado dos custos, e os juros obtidos (€ 0,2 M) do lado dos proveitos.

O financiamento líquido, em 2019.12.31, é de € 204,5 M, valor similar a 2018. Os financiamentos de médio prazo são de € 176,5 M, refletindo uma maturidade elevada da estrutura de financiamento da empresa. São constituídos fundamentalmente por dois financiamentos do Banco Europeu de Investimento no valor de € 33,8 M e um empréstimo obrigacionista (€ 60 M). As características dos financiamentos obtidos, em particular os seus prazos de maturidade, adequam-se às necessidades financeiras dos projetos de I&D, uma vez que os financiamentos são afetos essencialmente a essa finalidade. A empresa apresenta um elevado valor em caixa e depósitos bancários (€ 51,6 M), resultado dos financiamentos de médio prazo e de uma evolução mais favorável em 2019 das necessidades de financiamento, tendo os meios financeiros necessários para cumprir com as amortizações de financiamentos em 2020.

O Resultado Antes de Impostos é de € 1,9 M e o Resultado Líquido é de € 0,4 M. A diferença é explicada essencialmente pela utilização de Impostos diferidos no valor de € 0,8 M. São resultados que traduzem o esforço realizado nos projetos de investigação, cujos gastos vão na sua maioria a custos do exercício, a que crescem as amortizações dos projetos BIA2 e BIA9.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'u' and 'PDS'.

O Ativo Líquido é de € 481,2 M, de onde se destaca o ativo intangível (€ 213,3 M), Impostos diferidos (€ 56,4 M), Caixa e depósitos bancários (€ 51,6 M), Stocks (€ 34,4 M), e Créditos a curto prazo (€ 76,1 M). O valor do ativo é idêntico ao de 2018 (+€ 1,1 M).

O Capital Próprio é de € 168,2 M, valor similar ao de 2018 (-€ 2,7 M).

O Passivo é de € 313,0 M, um acréscimo de € 3,8 M, +1,2%.

A estrutura do Balanço manteve-se idêntica à de 2018, refletindo uma situação equilibrada, com rácios de solvabilidade e autonomia financeira positivos.

A estrutura económica e financeira está equilibrada não obstante o elevado nível de investimento realizado em 2019, do qual a maior parte foi contabilizado em custos do exercício devido à natureza do investimento em I&D. A rentabilidade intrínseca à sua atividade corrente é francamente positiva, permitindo o financiamento dos projetos de I&D. Em 2020, e seguintes exercícios, prevê-se a continuidade do crescimento da atividade de BIAL - Portela & C^a, S.A., principalmente via internacionalização. Como já foi referido, a empresa é a produtora de Zebinix e Ongentys para a Europa o que permitirá um crescimento sustentado das suas exportações, a par da evolução positiva que se prevê das exportações para os mercados emergentes.

4. QUALIDADE E AMBIENTE

Na sequência da avaliação das ações realizadas e dos resultados obtidos em 2019, em linha com os anos anteriores, o sistema da Qualidade está adequado à política da Qualidade, refletindo os princípios, propósitos e valores do Grupo BIAL. Ao longo do ano o sistema foi monitorizado com realização de numerosas auditorias externas e internas, assim como pela monitorização dos indicadores de gestão. A Qualidade é uma forma de estar dos colaboradores da empresa, permanente e transversal às diferentes áreas funcionais.

No que respeita à política da Qualidade, é de salientar:

- O Sistema de Gestão da Qualidade encontra-se implementado desde 2016 em conformidade com os requisitos da nova Norma ISO 9001:2015, tendo sido aprovado nesse ano pela APCER o processo de transição da anterior norma 9001:2008. Em 2019 foi realizada com sucesso uma auditoria de renovação, mantendo-se a certificação pela Norma ISO 9001:2015.
- Foi realizada igualmente com sucesso em 2016 a transição da norma ISO 14001:2012 para a nova norma ISO 14001:2015, aprovada pela APCER, mantendo-se a certificação em 2019, após a realização duma auditoria de renovação.
- Consolidação das Boas Práticas (Clínicas, de Fabrico e de Laboratório), comprovada por diversas auditorias externas e internas, estando em vigor a certificação IDI-NP 4457:2007 pela LusAENOR. Realizou-se igualmente em 2019 uma auditoria de renovação.
- Manutenção da certificação pela APCER das OHSAS 18001:2007 (Sistema de Gestão e Segurança e Saúde do Trabalho), com a realização duma auditoria de renovação.
- Manutenção do certificado GMP (Good Manufacturing Practices) pelo Infarmed para o fabrico de medicamentos de uso humano.
- Estão em desenvolvimento novos projetos, dando continuidade ao trabalho realizado nos últimos anos, nomeadamente na área informática, que irão melhorar algumas áreas funcionais em 2020.

Em termos globais conclui-se:

- No âmbito do Plano de Gestão Ambiental não foram observados desvios significativos relativamente ao cumprimento das ações aprovadas.
- O programa de redução contínua do consumo de solventes orgânicos permitiu melhorar o desempenho ambiental.
- O Sistema de Gestão Ambiental encontra-se implementado em conformidade com os requisitos da Norma ISO 14001:2015 e legislação aplicável, sendo adequado e eficaz.

O relatório anual de 2019 de Análise de Desempenho da Qualidade, Saúde e Segurança e Ambiente traduz, através de diversas métricas, o referido nos pontos anteriores e apresenta linhas de ação para melhorar os indicadores, em particular os que estão inferiores aos objetivos definidos.

Em 2019 BIAL assina o acordo “Business Ambition for 1.5°C”, no âmbito da iniciativa United Nations Global Compact, da qual é signatária desde 2004. Assinada por diversos líderes empresariais, a iniciativa responsabiliza empresas a nível mundial, prevendo o estabelecimento de metas e objetivos de redução das emissões no sentido de se alcançar as zero emissões líquidas até 2050 e limitar o aquecimento global a 1.5°C até 2030.

5. RESPONSABILIDADE SOCIAL

BIAL - Portela & C^a, S.A. manteve a sua política ativa de responsabilidade social, que partilha com as restantes empresas do Grupo. Mantém a sua participação em numerosas instituições de utilidade pública que têm como objetivo a promoção da qualidade de vida das pessoas, a cultura, a saúde, a qualidade do ambiente, e a investigação e desenvolvimento. É de destacar a nossa presença como membro fundador da Fundação BIAL, entidade de utilidade pública criada em 1984, conjuntamente com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas. Organização de simpósios, atribuição de bolsas de investigação, e atribuição dos Prémios BIAL são as suas principais atividades. Em fevereiro de 2019 foi entregue o Prémio BIAL de Medicina Clínica, edição 2018, no valor de € 100'000, que galardoou trabalhos de reconhecido mérito científico e clínico e cuja cerimónia, uma vez mais, foi presidida pelo Senhor Presidente da República. Em 3 de março do corrente ano foi realizada a cerimónia de entrega do “BIAL Award in Biomedicine”, no valor de € 300'000, a sua primeira edição, prémio que foi criado pela Fundação BIAL em 2019. É um prémio de âmbito internacional, que visa premiar e reconhecer uma obra publicada, após 2010.01.01, de alta qualidade e de relevante impacto científico na área da medicina.

BIAL tem como missão desenvolver e fornecer soluções terapêuticas na área da Saúde, procurando melhorar a qualidade de vida das pessoas, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade, conciliando a sua atividade, nomeadamente a produtiva e de I&D, com o meio ambiente e o bem-estar das pessoas. Os seus dois medicamentos de investigação própria para a epilepsia e a doença de Parkinson são o melhor exemplo da sua missão.

BIAL aposta continuamente na melhoria qualitativa e na formação contínua dos seus colaboradores, tendo 82% um grau académico universitário. Uma sólida formação académica é essencial para a obtenção de níveis de desempenho elevados, com valor acrescentado significativo em todas as áreas funcionais. A par dessa formação de base, há uma preocupação permanente em ter uma adequada formação, interna e externa, a todos os colaboradores de forma a se acompanhar o desenvolvimento da ciência, em especial nas áreas da saúde.

BIAL mantém o seu apoio a instituições culturais, científicas, de solidariedade social e educacional. O apoio, no âmbito do mecenato, abrange fundações culturais (artísticas, musicais, entre outras), fundações científicas, organizações de intervenção social, organismos de saúde e de educação, nomeadamente Universidades. Deste modo, BIAL procura concretizar um objetivo de responsabilidade social, assumindo a promoção do bem-estar da sociedade e do seu desenvolvimento transversal - cultural, científico, social, educacional e ambiental.

A empresa está associada a diversas iniciativas da sociedade civil e do Estado Português, com participação ativa na sua concretização, quer através de apoio financeiro, quer diretamente na sua realização, com a intervenção dos seus mais diversos colaboradores, nomeadamente dos membros dos seus órgãos sociais.

É nosso objetivo continuar a desenvolver com os diversos parceiros, públicos e privados, atividades que contribuam para o bem-estar da sociedade e seu desenvolvimento humano.

6. PERSPETIVAS PARA 2020

Encontram-se aprovados os Planos e Orçamentos de Exploração e Investimento para 2020, que darão continuidade à política estratégica de BIAL nos seus três vetores estratégicos: Qualidade, I&D e Internacionalização.

A dinamização da atividade comercial é uma prioridade, com o foco nos medicamentos de investigação BIAL no mercado internacional. Os dois pilares do crescimento BIAL nos últimos anos são o Zebinix\Aptiom, especialmente nos EUA e Espanha, e o Ongentys nos cinco mercados europeus onde está comercializado.

O Ongentys está numa fase de forte crescimento, tendo aumentado em 50% as vendas em 2019, para os € 30,4 M. Em 2020 haverá uma forte aceleração do seu crescimento com o previsto lançamento nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça, a par do crescimento nos atuais cinco países onde está comercializado. As exportações de Ongentys ganharão um peso crescente na estrutura de vendas de BIAL - Portela & C^a, S.A., a par das exportações de Zebinix \ Aptiom, que continuarão a ser as de maior valor absoluto e principal produto do Grupo em 2020. Assim, no corrente ano a empresa irá reforçar o seu perfil exportador, com vendas nos mercados externos muito superiores às do mercado nacional, tal como já aconteceu em 2019 e 2018. BIAL é uma das maiores empresas exportadoras com atividade em Portugal.

Em Portugal, o focus são os novos medicamentos lançados em 2019 e 2020, em duas áreas terapêuticas de grande dinamismo no mercado ambulatorio, as doenças respiratórias (DPOC) e os antidiabéticos. Está em curso uma importante renovação da gama de produtos comercializados \ promovidos, com o fim de ciclo de alguns medicamentos que está a ser compensado pelos novos medicamentos.

Nos mercados emergentes, o objetivo é reforçar as exportações de BIAL - Portela & C^a, S.A. para as dezenas de países onde comercializa os seus medicamentos.

O plano de investimentos aprovado para o triénio 2019-2021 é de grande importância e tem como objetivo reforçar a componente produtiva e logística de BIAL em Portugal, quer pela modernização das suas atuais instalações, quer pela sua expansão, de forma a poder responder aos desafios da internacionalização, nomeadamente para a União Europeia e EUA.

h
P/1
11/13
D
A

Está prevista a construção de uma nova unidade de antibióticos, o alargamento e modernização da atual fábrica, preparando-a para a produção de Aptiom e Ongentys para os EUA, e um novo edifício administrativo e social.

Os projetos de investigação das Novas Entidades Químicas estão em desenvolvimento, com especial enfoque nos projetos de investigação BIA9 e BIA5, para além de projetos em fase mais prematura, em que se prevê que dois deles entrem em fase clínica até final de 2020.

O projeto BIA9, medicamento para a doença de Parkinson, comercializado com a marca Ongentys, tem como prioridade apoiar as empresas licenciadas (ONO - Japão, Neurocrine – EUA e Canadá, Wanbang - China), a obter o registo do medicamento nos respetivos países, e melhorar o processo de produção do seu princípio ativo. A par disso, e tendo em vista um melhor conhecimento sobre o fármaco, estão em curso ensaios clínicos de fase IV na Europa.

Para o projeto BIA5, cujo princípio ativo tem a designação de “Zamicastat” e tem como indicação terapêutica prevista a hipertensão pulmonar arterial, estão em curso ensaios clínicos de fase I e fase II na Europa. Com a recente aprovação pela FDA de Zamicastat como medicamento órfão nos EUA, está a ser preparado um plano de ensaios clínicos de fase II/III a realizar nesse país, para suportar uma futura aprovação pela FDA.

Outros projetos de I&D estão em desenvolvimento, prevendo-se que os projetos BIA12 e BIA19 iniciem ensaios clínicos de fase I até ao final do ano.

A confiança dos acionistas foi e continuará a ser fundamental neste processo de desenvolvimento da empresa e do Grupo, baseado numa visão estratégica de médio e longo prazo. Os resultados obtidos nos últimos anos demonstram a capacidade em implementá-la e dão confiança no futuro de BIAL como empresa farmacêutica internacional, assente na inovação e investigação.

7. FACTOS SUBSEQUENTES a 2019.12.31

A pandemia com origem no COVID19 está a ter um enorme impacto social e económico nas maiores economias mundiais, nomeadamente, e por ordem cronológica, na China, União Europeia e EUA. No entanto, prevemos que o seu efeito seja diferenciado por sector de atividade, devendo ser o sector farmacêutico um dos que menos sentirá diretamente o impacto desta crise.

Prevemos que a nossa atividade possa ser influenciada negativamente em 2020, mas sem colocar em causa a linha de desenvolvimento de Bial e cumprimento dos seus objetivos mais relevantes. É claro que dependerá do tempo em que se viver na União Europeia e nos EUA em crise, isto é, enquanto forem significativos os constrangimentos ao funcionamento da economia.

Bial está a implementar nos diversos países em que está presente planos de contingência, com diversos níveis de intervenção, consoante a situação concreta de cada país. Em Portugal a empresa tem assegurado as suas atividades, ou nas suas instalações, ou através de teletrabalho. É de realçar que, até à presente data, a nossa atividade industrial e a distribuição de medicamentos não foi afetada, tendo sido tomadas as medidas apropriadas para evitar a quebras de produção ou a interrupção do fornecimento dos nossos medicamentos. É a nossa prioridade garantir que os pacientes que usam medicamentos Bial não tenham dificuldade em manter a sua utilização.

Em termos financeiros, consideramos que temos capacidade de cumprir com todos os compromissos presentes e futuros ao longo do corrente ano, atendendo à atual situação financeira de Bial e não é previsível uma alteração significativa das receitas e recebimentos nos próximos meses.

Conscientes das dificuldades, numa conjuntura atípica e volátil, estamos focados em cumprir a nossa missão, ao serviço dos pacientes, e confiantes que serão encontradas as soluções, internas e externas, adequadas para ultrapassar este período difícil.

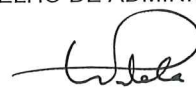
8. RESULTADOS DO EXERCÍCIO

A proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral de Acionistas é de que o Resultado Líquido do Exercício de € 380'973,92 seja afeto a:

- Reservas Legais: € 19'100,00
- Resultados Transitados e outras reservas: € 361'873,92.

Trofa, 2020.03.24

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



LUÍS PORTELA (Presidente)



ANTÓNIO PORTELA (CEO)



RICHARD PILNIK (Vogal)



ISABEL MORGADO (Vogal)



JOSÉ REDONDO (Vogal)



MIGUEL PORTELA (Vogal)



SOARES da SILVA (Vogal)



JOSÉ BASTOS (Vogal)



BIAL - PORTELA & CIA., S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Valores em euros

ATIVO	Notas	DATAS	
		2019.12.31	2018.12.31
ATIVO NÃO CORRENTE :			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
Terrenos e recursos naturais		8 646 508	8 646 508
Edifícios e outras construções		7 313 356	7 822 090
Equipamento básico		9 201 756	6 575 742
Equipamento de transporte		132 287	205 769
Equipamento administrativo		1 289 432	1 110 326
Outros ativos fixos tangíveis		228 115	171 642
Ativos fixos tangíveis em curso		356 996	1 562 248
Adiantamentos a fornecedores de investimento		3 518 674	2 290 000
	7	30 687 123	28 384 326
ATIVOS INTANGÍVEIS			
Projetos de desenvolvimento		203 409 762	216 021 550
Propriedade industrial		9 408 157	10 739 219
Ativos intangíveis em curso		531 440	285 185
	7	213 349 360	227 045 954
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
Partes de capital em empresas do grupo		136 126	163 234
Partes de capital em outras empresas		114 820	114 820
Outros investimentos financeiros		300 818	269 876
	7	551 764	547 929
IMPOSTOS DIFERIDOS			
Ativos por impostos diferidos		56 345 017	55 198 000
	6	56 345 017	55 198 000
DÍVIDAS DE TERCEIROS			
Clientes	10	16 000 000 -	
Outros ativos	12	-	21 000 000
		16 000 000	21 000 000
ATIVO CORRENTE :			
INVENTÁRIOS:			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	20	26 132 001	27 178 213
Mercadorias	20	3 506 790	3 961 047
Produtos e trabalhos em curso	19	2 215 912	2 935 013
Produtos acabados e intermédios	19	4 438 100	7 788 560
		36 292 803	41 862 833
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO			
Clientes	10	44 796 360	40 007 391
Estado e outros entes públicos	11	925 220	3 229 817
Outros créditos a receber	9	17 112 970	12 451 910
Outros ativos	12	13 312 536	5 439 360
		76 147 085	61 128 877
DIFERIMENTOS			
Gastos a reconhecer	12	2 022 499	1 736 958
		2 022 499	1 736 958
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS			
Depósitos a prazo		12 110 055	41 510 055
Depósitos à ordem		39 496 910	1 568 601
Caixa		42 353	56 782
	5	51 649 319	43 135 438
TOTAL DO ATIVO		483 044 969	480 040 316

O Diretor Financeiro e CC

 Sandra Costa

O Conselho de Administração

Luís Portela (Presidente)

 António Portela (CEO)

 Richard Pilnik (Vogal)

 Isabel Morgado (Vogal)

 José Redondo (Vogal)

 Miguel Portela (Vogal)

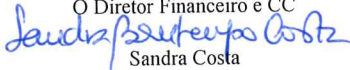
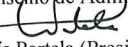






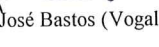
 Soledad Silva (Vogal)

 José Bastos (Vogal)



BIAL - PORTELA & CIA., S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Valores em euros

	Notas	DATAS	
		2019.12.31	2018.12.31
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	16	50 000 000	50 000 000
Reservas legais		7 533 922	7 455 922
Subsídios		27 813 608	30 466 759
Resultados transitados e outras reservas		82 420 825	81 320 311
Subtotal		167 768 356	169 242 993
Resultado líquido do exercício		380 974	1 548 082
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		168 149 330	170 791 075
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	25	336 713	352 272
Empréstimos obrigacionistas	13	71 500 000	80 000 000
Financiamentos obtidos	13	104 987 793	68 619 229
Passivos por impostos diferidos	6	1 477 472	1 479 351
Fornecedores de investimentos	14	55 046	268 513
Outras dívidas a pagar	6; 15	8 074 918	8 845 188
		186 431 942	159 564 554
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	27 742 632	34 300 802
Estado e outros entes públicos	11	2 240 277	2 224 469
Empréstimos obrigacionistas	13	8 500 000	45 560 000
Financiamentos obtidos	13	71 061 139	54 376 558
Fornecedores de investimentos	14	3 136 332	4 521 742
Outras dívidas a pagar	15	533 501	402 674
Outros passivos	12	5 197 080	8 254 251
		118 410 961	149 640 496
DIFERIMENTOS			
Rendimentos a reconhecer	12	10 052 736	44 191
		10 052 736	44 191
TOTAL DO PASSIVO		314 895 639	309 249 241
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		483 044 969	480 040 316
O Diretor Financeiro e CC  Sandra Costa		O Conselho de Administração  Luís Portela (Presidente)  António Portela (CEO)  Richard Pilnik (Vogal)  Isabel Morgado (Vogal)  José Redondo (Vogal)  Miguel Portela (Vogal)  Soares da Silva (Vogal)  José Bastos (Vogal)	



BIAL - PORTELA & CIA., S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Valores em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas	17	166 952 388	148 450 744
Serviços prestados	17	38 209 753	51 649 343
Volume de negócios		205 162 140	200 100 087
Subsídios à exploração	18	2 411 904	3 934 676
Trabalhos para a própria entidade		133 931	580 083
Variação nos inventários da produção	19	-3 581 242	2 792 945
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-52 536 857	-52 860 408
Fornecimentos e serviços externos	21	-88 319 432	-94 665 858
Gastos com o pessoal	22	-30 199 721	-28 326 873
Perdas por imparidade	8; 25	-173 124	-92 727
Provisões	25		-41 447
Reversões	8; 25	121 313	1 816
Outros rendimentos	23	13 119 088	10 380 360
Ganhos/Perdas em empresas do Grupo	7	-27 108	0
Outros gastos	24	-11 713 496	-7 231 425
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		34 397 397	34 571 228
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-26 930 168	-25 428 051
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas)/reversões	7; 25	2 312 984	2 363 874
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9 780 214	11 507 051
Juros e rendimentos similares obtidos	26	187 080	249 830
Juros de empresas do grupo	26	-112 500	0
Juros e gastos similares suportados	26	-7 970 563	-8 029 061
Resultado antes de impostos		1 884 230	3 727 820
Imposto corrente	6	-697 879	-841 283
Imposto diferido	6	-805 377	-1 338 454
Resultado líquido do período		380 974	1 548 083

<p>O Diretor Financeiro e CC Sandra Costa</p>	<p>O Conselho de Administração Luis Portela (Presidente) Antonio Portela (CEO) Richard Pilnik (Vogal) Isabel Morgado (Vogal) José Redondo (Vogal) Miguel Portela (Vogal) Soafes da Silva (Vogal) José Bastos (Vogal)</p>
--	--



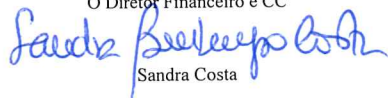
BIAL- Portela & C^a, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2018								
Descrição	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Subsídios	Instrumentos financeiros	Resultados transitados	Resultado líquido	TOTAL
Posições no início do período 2018	50 000 000	6 455 922	342 647	32 794 771	0	62 036 055	19 987 437	171 616 832
Aplicação do resultado líquido do ano anterior		1 000 000				18 987 437	-19 987 437	0
	50 000 000	7 455 922	342 647	32 794 771	0	81 023 492	0	171 616 832
Subsídios				-3 003 886				-3 003 886
Impostos diferidos				675 874	14 905	5 511		696 289
Outras variações no capital próprio					-66 243			-66 243
	0	0	0	-2 328 012	-51 338	5 511	0	-2 373 839
Resultado líquido do período							1 548 082	1 548 082
Resultado integral								-825 757
Posição no fim do período 2018	50 000 000	7 455 922	342 647	30 466 759	-51 338	81 029 002	1 548 082	170 791 075
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2019								
Descrição	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Subsídios	Instrumentos financeiros	Resultados transitados	Resultado líquido	TOTAL
Posições no início do período 2019	50 000 000	7 455 922	342 647	30 466 759	-51 338	81 029 002	1 548 082	170 791 074
Aplicação do resultado líquido do ano anterior		78 000				1 470 082	-1 548 082	0
	50 000 000	7 533 922	342 647	30 466 759	-51 338	82 499 084	0	170 791 074
Subsídios				-3 423 420				-3 423 420
Impostos diferidos				770 270	107 840	1 880		879 989
Outras variações no capital próprio					-479 287			-479 287
	0	0	0	-2 653 151	-371 448	1 880	0	-3 022 719
Resultado líquido do período							380 974	380 974
Resultado integral								-2 641 745
Posição no fim do período 2019	50 000 000	7 533 922	342 647	27 813 608	-422 786	82 500 963	380 974	168 149 330
<p>O Diretor Financeiro e CC</p> <p><i>Sandra Costa</i></p> <p>Sandra Costa</p>				<p>O Conselho de Administração</p> <p><i>Luis Portela</i></p> <p>Luis Portela (Presidente)</p> <p><i>Antonio Portela</i></p> <p>Antonio Portela (CEO)</p> <p><i>Richard Pilnik</i></p> <p>Richard Pilnik (Vogal)</p> <p><i>Isabel Morgado</i></p> <p>Isabel Morgado (Vogal)</p> <p><i>Jose Redondo</i></p> <p>Jose Redondo (Vogal)</p> <p><i>Miguel Portela</i></p> <p>Miguel Portela (Vogal)</p> <p><i>Soares da Silva</i></p> <p>Soares da Silva (Vogal)</p> <p><i>Jose Bastos</i></p> <p>Jose Bastos (Vogal)</p>				

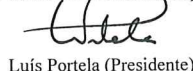



BIAL - PORTELA & CIA., S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019


	2019		2018	
ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	224 868 039		174 502 895	
Pagamentos a fornecedores	-156 245 172		-155 098 688	
Pagamentos ao pessoal	-29 112 366		-26 608 217	
Caixa gerada pelas operações	39 510 501		-7 204 010	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-2 005 436		-420 699	
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional	-3 093 157		-5 233 445	
	34 411 908		-12 858 154	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		34 411 908		-12 858 154
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-3 644 926		-4 493 167	
Ativos intangíveis	-14 300 375		-18 899 591	
Investimentos financeiros	-60 952		-47 538	
Outros ativos	0	-18 006 253	0	-23 440 295
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	0		0	
Ativos intangíveis	0		0	
Investimentos financeiros	30 010		0	
Outros ativos	0		0	
Subsídios ao investimento	879 119		4 892 747	
Juros e rendimentos similares	0		0	
Dividendos	0	909 129	0	4 892 747
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-17 097 124		-18 547 549
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	89 073 763		90 000 000	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0		0	
Cobertura de prejuízos	0		0	
Doações	0		0	
Outras operações de financiamento	7 986 152	97 059 915	117 790	90 117 790
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-52 237 253		-49 210 876	
Juros e gastos similares	-7 353 563		-6 221 418	
Dividendos	0		0	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0		0	
Outras operações de financiamento	-46 270 003	-105 860 819	-1 207 799	-56 640 093
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-8 800 904		33 477 697
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		8 513 881		2 071 995
Efeito das diferenças de câmbio		0		0
Caixa e seus equivalentes no início do período (nota 5)		43 135 438		41 063 443
Caixa e seus equivalentes no fim do período (nota 5)		51 649 319		43 135 438

O Diretor Financeiro e CC

Sandra Costa

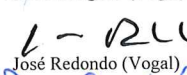
O Conselho de Administração


Luís Portela (Presidente)


António Portela (CEO)


Richard Pilnik (Vogal)


Isabel Morgado (Vogal)


José Redondo (Vogal)


Miguel Portela (Vogal)


Soares da Silva (Vogal)


José Bastos (Vogal)

ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31.12.2019

Valores em Euros

1. Introdução

BIAL - PORTELA & C^a., SA tem por objeto social o exercício da indústria, comércio, investigação e desenvolvimento de especialidades farmacêuticas para uso humano, e tem sede e instalações fabris no Coronado (S. Mamede e S. Romão), Trofa.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 2020.03.24.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, justificadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

As demonstrações financeiras da BIAL - Portela & CA., S.A. são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pela empresa-mãe, Bial Holding, S.A., nas quais as sociedades referidas na Nota 29 são também incluídas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A empresa elabora o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Base das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC, posteriormente alteradas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.
- As NCRF em vigor na presente data.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

(a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

A empresa adotou como custo considerado:

- Para terrenos e edifícios, o justo valor de uma avaliação efetuada em 31 de dezembro de 2003, por uma entidade independente, na base dos valores de mercado, e da qual resultou um acréscimo de valor de € 6.955.076;
- Para os restantes ativos fixos tangíveis, o valor constante das anteriores demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC, o qual incluía reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diversos diplomas legais que tiveram em conta coeficientes de desvalorização da moeda.

Os ganhos resultantes da revalorização efetuada em 1 de janeiro de 2009 encontram-se refletidos em "outras reservas" devido ao facto de se tratar da adoção de um custo (custo considerado) na data de transição para as NCRF.

Subsequentemente, a empresa decidiu manter o custo considerado, optando pelo método do custo na valorização de todos os ativos fixos tangíveis.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os ativos fixos tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método das quotas constantes.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	% anual
Edifícios e outras construções	2%, 5% e 10%
Equipamento básico	10%-16.66%, 25%, 33.33%
Equipamento de transporte	20% e 25%
Equipamento administrativo	10%-25%, 33.33%, 50%

Os bens adquiridos em regime de locação financeira são amortizados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos tangíveis, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil.

Considera-se que o valor residual é nulo, pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "gastos/reversões de depreciação e de amortização".

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauro do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados durante o período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo fixo tangível a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse ativo ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição e apenas são amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

O ativo fixo tangível inclui bens em regime de locação financeira que são amortizados com o mesmo critério dos restantes bens.

Os bens de valor inferior a € 1.000 são totalmente amortizados no próprio exercício de aquisição.

Imparidade

A empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a empresa estima a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos o custo de vender e o seu valor de uso) e reconhece a imparidade nos resultados do exercício sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações

incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;

- Existe evidência em relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente quanto à imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o preço do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

(b) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

O custo com os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento em determinadas circunstâncias, são considerados como um gasto, sendo refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

As despesas de investigação e desenvolvimento são consideradas como gastos nos exercícios em que forem incorridas, salvo se cumprirem os requisitos do SNC para serem capitalizadas. Neste último caso, são reconhecidas como um ativo intangível e amortizadas numa base sistemática e racional nos exercícios, corrente e futuros, com referência ou à venda ou ao uso do rendimento ou processo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos as amortizações e as perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Até 2016, os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas não foram amortizados, embora testados anualmente quanto à imparidade, independentemente de haver ou não indícios de que possam estar em imparidade. A partir de 2016, os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, são amortizados, no máximo, em dez anos e testados anualmente quanto à imparidade.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a).

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das quotas constantes.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

Projetos de desenvolvimento.....	5%
Software-validações	33,33%
Propriedade industrial.....	5% - 33,33%

Encontram-se classificados como ativos, os projetos de desenvolvimento BIA2 (medicamento antiepilético) e BIA9 (medicamento para a doença de Parkinson). Os restantes projetos de investigação e desenvolvimento, à data do balanço, ainda não reúnem as condições para se qualificarem como um ativo.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de “gastos/reversões de depreciação e amortização”.

A amortização do Aptiom/Zebinix (despesas de investigação e desenvolvimento, respetivamente, para os EUA e Europa do medicamento antiepilético) é efetuada ao longo de 20 anos, taxas constantes em linha reta, de acordo com a vida útil esperada, tendo-se iniciado em setembro de 2009 com o início da comercialização na Europa.

A amortização do Ongentys (medicamento para a doença de Parkinson) é efetuada ao longo de 20 anos, taxas constantes em linha reta, de acordo com a vida útil esperada, tendo-se iniciado em setembro de 2016 com o início da comercialização na Europa.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos intangíveis.

(b.1) Projetos de desenvolvimento

Os custos de pesquisa são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Os custos de desenvolvimento de um projeto individualizado são reconhecidos como ativos intangíveis quando BIAL pode demonstrar:

- (a) A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda.
- (b) A sua intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- (c) A sua capacidade de usar ou vender o ativo intangível.
- (d) A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.

- (e) A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível.
- (f) A sua capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

A existência de contratos de licenciamento-out é a evidência suficiente para a demonstração de que o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.

O valor da rubrica de “projetos de desenvolvimento” inclui:

- O investimento no BIA-2093 após a sua entrada na Fase III de desenvolvimento, a qual coincidiu com o primeiro contrato de licenciamento-out em 2007. No início de 2009, obteve-se a aprovação por parte da EMA, tendo-se iniciado a comercialização em outubro de 2009 do medicamento com a marca Zebinix, após o desenvolvimento do acetato de eslicarbazepina. Em 2013, a FDA aprovou o medicamento para os EUA, tendo-se iniciado a comercialização em 2014, com a marca Aptiom. Foi aprovada a “monoterapia” pela FDA, para os EUA, em agosto de 2015 e iniciada a comercialização em novembro de 2015. Em 2016, a EMA aprovou a “pediatria” para a Europa, tendo-se iniciado a sua comercialização em julho de 2017, data a partir da qual teve início a amortização do custo com a indicação para a pediatria. Em 2018, o medicamento foi licenciado para a Coreia do Sul.

- O investimento no novo medicamento para a doença de Parkinson (BIA9), o qual se encontra aprovado pela EMA para a Europa. Este facto, aliado ao seu primeiro contrato de licenciamento-out celebrado para o mercado japonês (terceiro maior mercado mundial em termos de prevalência da doença), tornam altamente provável a recuperação do investimento já realizado. Nestas circunstâncias, a empresa optou por iniciar a capitalização das despesas de desenvolvimento do BIA9 incorridas na Fase III de desenvolvimento. Em consonância, a partir de 2013, os subsídios atribuídos ao BIA9 passaram a ser contabilizados no capital próprio. Em 2016, o dossier entregue na EMA foi aprovado para a comercialização do medicamento na Europa, sob a marca Ongentys, cujo início ocorreu em setembro de 2016. Consequentemente o ativo encontra-se a ser amortizado a partir de igual data. Em 2017, o medicamento foi licenciado para os EUA, em 2018 foi licenciado para a China e Coreia do Sul e em 2019 foi licenciado para Taiwan.

As despesas com desenvolvimento inicialmente reconhecidas como custos não são reconhecidas como um ativo em períodos subsequentes.

Os gastos com o pessoal afeto aos projetos de desenvolvimento não são capitalizados.

(b.2) Programas de computador

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos programas de computador são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

(b.3) Propriedade industrial

Nesta rubrica encontram-se refletidos os gastos com as patentes registadas em nome de BIAL-Portela & C^a, S.A., relativamente às quais existe o direito exclusivo de utilização.

(b.4) Marcas

As marcas referem-se a marcas adquiridas a entidades externas.
As marcas geradas internamente não são reconhecidas como ativo.
As marcas reconhecidas como ativo, com vida indefinida, são amortizadas.

(c) Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

São valorizados de acordo com o método da equivalência patrimonial os investimentos em todas as subsidiárias (definindo-se como tal as entidades nas quais Bial exerce controlo), associadas (definindo-se como tal as entidades nas quais Bial exerça uma influência significativa) e empreendimentos conjuntos (definindo-se como tal as atividades económicas desenvolvidas em parceria com outras empresas, sujeitas a controlo conjunto, mediante um acordo contratual).

(d) Outros Investimentos financeiros

A empresa utiliza o modelo do custo para participações financeiras em entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional e onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

(e) Risco financeiro

No Grupo Bial, os principais passivos financeiros são os empréstimos obtidos junto de instituições bancárias e as contas a pagar a fornecedores de matérias-primas e aos fornecedores que prestam os serviços de I&D. Os passivos financeiros são incorridos com a finalidade de financiar as operações do Grupo, nomeadamente o seu fundo de maneo e os investimentos em I&D.

Os ativos financeiros decorrem das operações e são constituídos por contas a receber de clientes e outros devedores e caixa e depósitos de curto prazo.

Os riscos a que o Grupo Bial está exposto podem resumir-se em (i) risco de mercado essencialmente relacionado com as alterações da taxa de juro e de câmbio, (ii) risco de crédito e (iii) risco de liquidez. O principal objetivo do Grupo Bial é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável (ver Nota 31).

(f) Ativos financeiros (exceto participações financeiras)

Os ativos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respetiva relação contratual. Os ativos financeiros, que não as participações financeiras, estão valorizados ao custo amortizado, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existe uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos pode estar em imparidade, tem em conta dados observáveis que chamam a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como o não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que, de outro modo, não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados cada um "per si" para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base no risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos financeiros.

(f.1) Acionistas

Os empréstimos a acionistas encontram-se valorizados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável, determinada com base nos critérios definidos acima.

(f.2) Clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de vendas e prestações de serviços descritos na alínea p), sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado menos imparidade, determinada com base nos critérios definidos acima.

Os créditos sobre clientes cedidos sem recurso, i.e., em que no caso de não pagamento por parte dos clientes, a perda é assumida pela empresa de factoring, são "desreconhecidos" do balanço aquando do recebimento das quantias provenientes da empresa de factoring.

Os créditos sobre clientes cedidos com recurso, i.e., em que no caso de não pagamento por parte dos clientes, a empresa de factoring tem o direito de reclamar da empresa as quantias não pagas, mantêm-se reconhecidos no balanço e o risco de incobabilidade associado é considerado para efeitos de determinação da imparidade. Neste caso, os valores recebidos da empresa de factoring são reconhecidos como financiamentos.

(f.3) Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- Devedores por acréscimos de rendimentos - ao valor estimado/contratualizado;
- Outros devedores - ao custo amortizado menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos acima.

(f.4) Caixa e bancos

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "caixa e equivalentes de caixa" compreende, além da caixa e bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Financiamentos obtidos" do balanço.

(g) Imposto sobre o rendimento

(g.1) Imposto sobre o rendimento – corrente

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A empresa-mãe, BIAL Holding, S.A. e as subsidiárias participadas direta ou indiretamente em pelo menos 75% do respetivo capital (onde se inclui BIAL-Portela & C^a, S.A.) e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e são tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento, são tributadas no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades, à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável e acrescida de uma taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de euros, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de euros e de 9% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 35 milhões de euros.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre quatro e seis anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

(g.2) Imposto sobre o rendimento – diferido

Os ativos e passivos por impostos diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias (dedutíveis e tributáveis) entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos da empresa.

Os ativos por impostos diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

As diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os prejuízos e os créditos fiscais suscetíveis de serem utilizados no futuro são reapreciados no final de cada exercício, sendo apenas reconhecidos os ativos por impostos diferidos com possibilidade de recuperação.

Com o Orçamento de Estado para 2013 foi alterada a limitação à dedução de prejuízos fiscais para 70% do lucro tributável do período em que se procede à dedução, aplicável a partir de 2014.

Desta forma, as empresas que apresentem lucros tributáveis serão sempre sujeitas ao pagamento de IRC, ainda que detenham prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores, salvo se existirem créditos fiscais.

Com o Orçamento de Estado de 2014 foi aumentado o período de dedução dos prejuízos fiscais de cinco para doze anos. O novo prazo apenas foi aplicável aos prejuízos fiscais apurados em 2015 e 2016. O prazo para dedução de prejuízos fiscais é novamente de cinco anos a partir do exercício de 2017.

(h) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

Produtos acabados	-	ao custo de produção, englobando matérias-primas e subsidiárias ao preço médio mais despesas de produção definidas pelos departamentos industrial e de qualidade.
Produtos intermédios	-	ao preço do produto acabado deduzido das embalagens de consumo.
Produtos e trabalhos em curso	-	ao custo dos materiais incorporados, acrescido dos custos industriais de acordo com a fase de fabrico.
Matérias-primas	-	ao custo de aquisição, lote a lote.
Materiais de embalagem e outros (caixas, rótulos e prospetos)	-	ao preço médio de aquisição.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(i) Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

(j) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

(I) Rubricas do capital próprio**(I.1) Capital subscrito**

Atualmente, todo o capital da Bial-Portela & C^a, S.A. está realizado.

(I.2) Reserva legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

(I.3) Outras reservas

Esta rubrica inclui reservas de reavaliação efetuadas com base nos termos do anterior normativo contabilístico, líquidas dos correspondentes impostos diferidos, e que não são apresentadas na rubrica de excedentes de revalorização pelo facto de a entidade ter adotado o método do custo considerado na data de conversão para o SNC.

As reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diplomas legais, de acordo com tais diplomas, só estão disponíveis para aumentar capital ou cobrir prejuízos incorridos até à data a que se reporta a reavaliação e apenas depois de realizadas (pelo uso ou pela venda).

Esta rubrica inclui também eventuais variações de justo valor que, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

(I.4) Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após respeitadas as condições previstas no art.º 32 e 33 do CSC.

(I.5) Outras variações no capital próprio - Subsídios ao investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos dos respetivos impostos diferidos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios relativos a investimentos são registados no capital próprio, sendo transferidos para resultados (outros rendimentos e ganhos) ao longo da vida útil dos bens na proporção das amortizações dos respetivos bens subsidiados.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial esta conta é reduzida:

- No que respeita a subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- No que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, ou seja, amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Em consequência das alterações do SNC o benefício de um empréstimo de uma entidade pública com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio de entidade pública. O empréstimo deve ser reconhecido e aferido em conformidade com a NCRF 27. O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser determinado como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a NCRF 27 e a quantia recebida. O benefício é, também, contabilizado em conformidade com a NCRF 27. Tivemos em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os gastos que o benefício do empréstimo visa compensar.

(m) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade, provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

As provisões para reestruturação são reconhecidas quando existe uma obrigação construtiva pelo facto de a entidade ter decidido levar a cabo um programa planeado e controlado pelo órgão de gestão e que altera materialmente:

- (a) O âmbito de um negócio empreendido pela entidade; ou
- (b) A forma como o negócio é gerido.

Entende-se que a obrigação de reestruturação surge somente quando a entidade:

- Tem um plano formal detalhado para a reestruturação que indica, entre outras situações:
- O negócio em questão;

- As principais localizações afetadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito;
- Quando será implementado o plano; e
- Criou uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação por lhes ter anunciado as suas principais características.

(n) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso de empréstimos, são também reconhecidos os gastos de transação

Os passivos financeiros estão valorizados nos termos indicados nas alíneas seguintes.

(n.1) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado determinado com base no método do juro efetivo. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial, os financiamentos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Subsequentemente, os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui todos os encargos financeiros calculados de acordo com o método do juro efetivo.

Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (parágrafo 37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, os respetivos instrumentos financeiros derivados são apresentados em "outros ativos financeiros" ou "outros passivos financeiros", consoante o caso e como não correntes ou como correntes, seguindo a mesma forma como o financiamento está apresentado no Balanço.

De acordo com o descrito na alínea f.2) são também reconhecidos nesta rubrica os valores entregues pela empresa de factoring relativos a créditos sobre clientes que foram cedidos com recurso os quais também se encontram valorizados ao custo amortizado.

(n.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

(n.3) Outras dívidas a pagar

Os fornecedores de investimentos estão mensurados ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo.

As restantes dívidas a pagar estão também mensuradas ao custo amortizado.

(n.4) Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes estão mensurados ao custo.

(o) Efeito das alterações das taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e a diferença é reconhecida em resultados.

As cotações cambiais usadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras de países fora da zona Euro à data do balanço foram as seguintes:

<u>2019:</u>	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	1,08792	1,08357
GBP	0,84834	0,84496
USD	1,12464	1,12015
JPY	122,203	121,716
SEK	10,5246	10,4826
CAD	1,45846	1,45263

<u>2018:</u>	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	1,12850	1,12399
GBP	0,89985	0,89625
USD	1,14678	1,14221
JPY	125,841	125,338
SEK	10,1798	10,1391
CAD	1,56387	1,55762

(p) Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma, o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos/serviços inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável o saldo a receber, é reconhecido como uma imparidade e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das vendas e das prestações de serviços:

(p.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

(p.2) Prestações de serviços

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade, o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Os pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

O rédito resultante da venda de licenciamento de investigação própria é reconhecido quando os acordos são celebrados e os riscos e benefícios inerentes à exploração da licença são transferidos de forma irreversível para a contraparte, esta não depende do continuado envolvimento da empresa para beneficiar do bem transferido e a receita recebida não é reembolsável. Para além da venda do licenciamento, os contratos realizados preveem a obtenção de receitas adicionais condicionadas à realização de determinados eventos ("milestones") que dependem do esforço continuado da empresa. A receita reconhecida corresponde ao justo valor atribuído a cada uma das componentes separadas previstas no acordo de licenciamento quando o "milestone" é atingido. A contabilização dos milestones é efetuada de acordo com os US Gaap, nomeadamente o ASC 605 "Revenue Recognition – Milestone Method".

O rédito resultante de vendas do Zebinix e do ONgentys para alguns Países da Europa e do Aptiom para os EUA, é estimado e posteriormente validado após conhecido o montante de vendas realizadas pela empresa que comercializa o produto.

(q) Benefícios dos empregados

Não estão atribuídos benefícios pós-emprego.

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, é reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se regista na rubrica "outras dívidas a pagar".

As distribuições de lucros a empregados são reconhecidas em "gastos com o pessoal" no período a que respeitam e não como uma distribuição de resultados. Assim, é reconhecido, quando aplicável, nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar após 31 de dezembro, o qual se regista na rubrica "credores por acréscimo de gastos".

A empresa reconhece um passivo e um gasto por cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado da efetivação de uma oferta com vista a encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a empresa está comprometida de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e, sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço, são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas efetuadas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos benefícios de cessação de emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

(r) Subsídios e outros apoios das entidades públicas**(r1) Subsídios à exploração**

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis que não estejam relacionados com ativos.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são registados na demonstração dos resultados durante os períodos em que são reconhecidos os gastos a compensar.

(r2) Subsídios ao investimento

Ver nota (1.5).

(s) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados, determinados com base no método da taxa de juro efetiva;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (Swap).

Os gastos financeiros de financiamentos obtidos relacionados com a aquisição de ativos intangíveis de projetos de desenvolvimento são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes gastos começa após o início das atividades de desenvolvimento do ativo e é interrompida quando os gastos com o projeto são transferidos de ativo em curso para ativo firme.

(t) Trabalhos para a própria entidade

Esta rubrica refere-se à produção interna de medicamentos para uso em ensaios clínicos, sendo capitalizados em ativo intangível por contribuírem para o aumento do montante do projeto de desenvolvimento e são essenciais para testar a eficácia dos novos medicamentos capitalizados. A mensuração é efetuada ao custo e inclui materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico imputados, tendo por base a capacidade normal de produção.

(u) Instrumentos financeiros de cobertura

Só são considerados instrumentos financeiros de cobertura a parte efetiva dos derivados que forem designados como tal e em que a entidade espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que está a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Na ausência de orientações detalhadas na NCRF 27 – Instrumentos financeiros sobre a forma de testar e documentar a efetividade da cobertura, a empresa segue as disposições aplicáveis da IAS 39 – Instrumentos financeiros.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preço de mercadorias detidas, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas em resultados na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias, no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura, são reconhecidas no capital próprio na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” na sua componente efetiva e em resultados, na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”, na sua componente não efetiva. Os valores registados na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” são transferidos para resultados para a rubrica “aumentos/reduções por justo valor” no período em que o item coberto tiver efeito em resultados.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na NCRF 27- Instrumentos financeiros nos termos detalhados na IAS 39 – Instrumentos financeiros.

A parte efetiva dos instrumentos derivados de cobertura são apresentados no balanço em “outros ativos financeiros” ou em “financiamentos obtidos” consoante a sua natureza seja, respetivamente, devedora ou credora, e como não correntes ou como correntes dependendo da rubrica onde os respetivos instrumentos cobertos estão apresentados no balanço.

Se aplicável, instrumentos financeiros derivados não considerados de cobertura vencíveis a curto prazo que são registados em caixa e depósitos bancários. À data de 31 de dezembro de 2018 e 2019 não existem instrumentos financeiros nestas condições.

(y) Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo,

[Handwritten signatures and initials]

são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(z) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.2. Principais julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, o Conselho de Administração utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos gastos e rendimentos que venham realmente a ocorrer. Nestas circunstâncias, é de realçar o seguinte:

(a) Reconhecimento de receitas de licenciamento-out

Os contratos de licenciamento celebrados são complexos, envolvem "múltiplos elementos" e incluem geralmente:

- Recebimentos iniciais não reembolsáveis;
- Recebimentos adicionais condicionadas à ocorrência de eventos com alguma incerteza ("milestones");
- Royalties;
- Determinação do preço do futuro fornecimento de matéria-prima ou produto acabado.

Para que a receita de licenciamento seja inteiramente reconhecida no momento do recebimento é necessário avaliar se o bem entregue tem um valor intrínseco "standalone value" para a contraparte. Esta avaliação requer um julgamento extensivo, analisando, por exemplo, se tem a contraparte a experiência interna e competências necessárias para desenvolver o produto candidato à comercialização sem os serviços de Bial e/ou se há outros fornecedores de I&D que possam fornecer esses serviços adicionais de desenvolvimento.

Para que um determinado evento seja considerado de "milestone" é necessário que tenha alguma incerteza associada à sua ocorrência e que esteja dependente do desempenho da entidade ou de um determinado resultado originado pelo desempenho da entidade, para além de ter de originar o direito a receber pagamentos adicionais. Estes pagamentos devem cumprir com os seguintes critérios:

- São compagináveis com o desempenho da entidade para atingir o milestone ou o valor acrescentado ao item entregue como consequência do facto do milestone ter sido atingido;

- São relacionados unicamente com eventos passados; e
- São razoáveis quando comparados com todos os pagamentos e todas as restantes entregas previstas no acordo.

Torna-se, por isso, necessário realizar uma análise detalhada de cada um dos “múltiplos elementos” previstos nos contratos e do contrato como um todo para determinar qual a alocação de receita a cada um dos “elementos” identificados.

(b) Projetos de desenvolvimento

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.1-b. A capitalização inicial do custo baseia-se no julgamento do Conselho de Administração de que se confirma a exequibilidade técnica e económica (normalmente quando um projeto de desenvolvimento de um novo medicamento atinge a Fase III de ensaios clínicos) e quando ocorre a existência de contratos de licenciamento-out, constituindo evidência suficiente para a demonstração de que o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.

Ou seja, para além do estágio de desenvolvimento (Fase III) para a tomada de decisão de capitalização dos custos é também fundamental a existência de contratos de licenciamento que tornam prováveis a recuperação do valor inscrito no balanço.

Na determinação das quantias a serem capitalizadas, o Conselho de Administração faz suposições acerca dos esperados fluxos de caixa que serão gerados no futuro pelo projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e período esperado de benefícios.

O Zebinix – primeiro medicamento (antiepilético) de investigação própria lançado no mercado por uma empresa portuguesa - obteve a autorização das autoridades europeias, em fevereiro de 2009, ratificada pela Comissão Europeia em abril de 2009, e começou a ser comercializado em outubro de 2009 (em Portugal em abril de 2010), estando atualmente a ser comercializado na Europa.

Nos EUA, obteve-se a atribuição da autorização por parte da FDA para o Aptiom (marca do medicamento antiepilético no mercado americano) em novembro de 2013, tendo-se iniciado a comercialização nos EUA em abril de 2014.

A aprovação inicial obtida na Europa destina-se ao uso de Zebinix em doentes refratários, como adjuvante, ou seja, o Zebinix é prescrito a doentes que utilizam um outro medicamento de combate à epilepsia e, posteriormente, foi aprovado o uso em “monoterapia” em consequência da aprovação obtida em 2017. Também é usado em pediatria desde 2017. A aprovação inicial obtida nos EUA para o Aptiom abrange o uso em doentes refratários, como adjuvante e, posteriormente, o uso em “monoterapia”, em consequência da aprovação obtida em 2015.

A aplicação do acetato de eslicarbazepina a novas indicações terapêuticas exige investimentos significativos e antes de ser comercializado, é necessário obter a autorização das autoridades reguladoras relevantes.

O novo medicamento para a doença de Parkinson (ONgentys) encontra-se licenciado para o Japão desde 2013, tendo sido licenciado para os EUA em 2017. O início da comercialização na Europa ocorreu em 2016 e nos EUA e Japão prevê-se iniciar em 2020.

(c) Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que BIAL opera.

No caso particular dos projetos de desenvolvimento, o período de vida útil atribuído excede o prazo de proteção das patentes, tendo sido considerada para a sua determinação a informação histórica existente na indústria sobre medicamentos similares e o grau de penetração dos genéricos.

O Conselho de Administração entende que o período de vida útil de 20 anos para o Aptiom/Zebinix e Ongentys corresponde a uma estimativa prudente, no sentido em que são esperadas vendas após 2021 e 2029, respetivamente.

(d) Impostos diferidos ativos

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis e créditos fiscais na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta os benefícios fiscais à Investigação e Desenvolvimento, foi necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de otimização fiscal futuras.

A recuperação dos impostos diferidos tem como pressuposto subjacente, a previsão de vendas de Aptiom/Zebinix, a obtenção de novas receitas previstas no contrato de licenciamento do novo medicamento para a doença de Parkinson para os EUA, Japão e resto do mundo, bem como a revisão da relação entre empresas do Grupo e repartição de gastos e rendimentos.

(e) Imparidade de ativos não financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável, a qual é a mais alta entre o justo valor menos o custo de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor, menos o custo de vender, é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades em que não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento que não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos

destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo a:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Inflação no preço das matérias-primas;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos;
- Taxas de desconto usada para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

No que diz respeito aos ativos intangíveis (projetos de desenvolvimento), as variáveis mais sensíveis no teste de imparidade são:

- Período de proteção da patente;
- Receitas de licenciamento estimadas;
- Quota de mercado em cada país;
- Preços aprovados em cada país.

(f) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1. f).

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(g) Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se regista qualquer alteração em estimativas contabilísticas, com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos.

Não se regista qualquer erro material de períodos anteriores.

5. Fluxos de Caixa

O saldo de Caixa e seus equivalentes constante da demonstração de fluxos de caixa é assim decomposto:

Descrição	2019	2018
Numerário	42 353	56 782
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	39 496 910	1 568 601
Depósitos a prazo	12 110 055	41 510 055
Disponibilidades constantes do balanço	51 649 319	43 135 438
Depósitos à ordem - descobertos bancários (nota 13)	-	-
Caixa e seus equivalentes	51 649 319	43 135 438

O Grupo possui negociados e não utilizados com diversas instituições financeiras, financiamentos, descobertos bancários e contas caucionadas no montante de 28,5 M€.

6. Imposto sobre lucros

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, seis anos em caso de prejuízo fiscal e utilização de créditos fiscais (cinco anos a partir de 2002; dez anos para a Segurança Social).

Deste modo, as declarações fiscais da empresa, dos anos de 2016 a 2019, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a empresa considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

São reconhecidos impostos diferidos, cujo apuramento se resume a seguir:

<u>Diferença Temporária</u>	<u>Base</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Efeito Líquido</u>
Dr/(Cr)				
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2018</u>				
Reavaliação livre de terrenos	(6 574 895)	-	(1 479 351)	(1 479 351)
Créditos fiscais (a)	50 063 742	50 063 742		50 063 742
Instrumentos financeiros	66 242	14 905		14 905
Ajustamentos e provisões (b)	22 752 681	5 119 353		5 119 353
		55 198 000	(1 479 351)	53 718 649
<u>Movimento do ano, líquido</u>				
Impacto na DR				
Ajustamentos e provisões (b)	(2 275 267)	(511 935)		(511 935)
Créditos fiscais (a)	(293 442)	(293 442)		(293 442)
Subtotal (1)		(805 377)		(805 377)
Sem impacto na DR				
Reavaliação livre de terrenos	8 355		1 879	1 879
Instrumentos financeiros	479 287	107 840		107 840
Créditos fiscais (a)	1 844 555	1 844 555		1 844 555
Subtotal (2)		1 952 395	1 879	1 954 274
Total (1)+(2)		1 147 018	1 879	1 148 897
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2019</u>				
Reavaliação livre de terrenos	(6 566 540)		(1 477 472)	(1 477 472)
Créditos fiscais (a)	51 614 855	51 614 855		51 614 855
Instrumentos financeiros	545 529	122 745		122 745
Ajustamentos e provisões (b)	20 477 414	4 607 418		4 607 418
	TOTAL	56 345 017	(1 477 472)	54 867 545

- a) Acresceu-se o crédito fiscal de I&D (SIFIDE) de 2019 e atualizou-se o montante que é expectável recuperar, tendo sido também acrescido CDT (crédito dupla tributação) €1,8M.
- b) Imparidade constituída para o projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática, respetivamente neuralgia pós-herpética e diabética (nota 7).

Reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente	Montante
Imposto corrente:	
Resultado antes de impostos	1 884 230
Diferenças permanentes	783 992
Diferenças temporárias	<u>-2 312 984</u>
Resultado tributável/ Matéria Coletável	355 238
Taxa de imposto	21%
	Coleta
	<u>74 600</u>
Derrama estadual	0
	Coleta total
	<u>74 600</u>
Utilização de crédito fiscal	<u>-74 600</u>
Tributações autónomas e derrama	<u>697 879</u>
	(I) Imposto corrente
	697 879
Imposto diferido:	
Movimento no período	<u>805 377</u>
	(II) Imposto diferido
	805 377
	Imposto sobre rendimento do exercício (I) + (II)
	1 503 257

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que são gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Seguidamente, apresentamos o detalhe dos créditos fiscais existentes (em milhares de euros) e o respetivo prazo de expiração:

DESCRIÇÃO	ANO	MONTANTE	PRAZO EXPIRAÇÃO
SIFIDE	2014	12 366	2022
SIFIDE	2015	8 558	2023
SIFIDE	2016	7 958	2024
SIFIDE	2017	7 362	2025
SIFIDE (*)	2018	9 804	2026
SIFIDE (*)	2019	7 365	2027
TOTAL		53 412	

*SIFIDE estimado.

Em dezembro de 2019, existem créditos fiscais (SIFIDE) disponíveis, no montante de 53,4 M€, a que correspondem impostos diferidos ativos potenciais de 53,4 M€. No entanto, apenas foram reconhecidos impostos diferidos ativos no valor de 49,6 M€, tendo em conta as projeções de lucros fiscais futuros até ao prazo de expiração dos créditos fiscais.

7. Ativo não corrente (exceto impostos diferidos ativos)

O movimento ocorrido nas rubricas de investimentos e respetivas amortizações e ajustamentos é demonstrado no quadro seguinte.

a) Ativo bruto

RUBRICAS	2019			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. e ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	8 646 508			8 646 508
Edifícios e outras construções	22 047 166	399 571	-4 382	22 442 354
Equipamento básico	25 620 644	2 104 662	1 951 502	29 676 808
Equipamento de transporte	597 337			597 337
Equipamento administrativo	9 497 074	641 134	92 111	10 230 319
Outros ativos fixos tangíveis	1 506 045	91 999	-3 674	1 594 370
Imobilizações em curso	1 562 248	200 120	-1 405 373	356 996
Adiantamentos a fornecedores de investimento	2 290 000	1 989 547	-760 873	3 518 674
	71 767 023	5 427 033	-130 688	77 063 368
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	338 568 839	5 671 011		344 239 850
Propriedade industrial	31 308 097	1 729 744	150 000	33 187 841
Outros ativos intangíveis	496 509			496 509
Ativos intangíveis em curso	285 185	396 255	-150 000	531 440
	370 658 630	7 797 010	0	378 455 640
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	163 234		-27 108	136 126
Empréstimos a empresas do grupo	0			0
Partes de capital em outras empresas	114 820			114 820
Outras aplicações financeiras	269 876	30 942		300 818
	547 929	30 942	-27 108	551 764
TOTAIS	442 973 583	13 254 986	-157 796	456 070 772

Os aumentos no ativo intangível incluem investimento de cerca de 1 M€ no medicamento antiepilético “monoterapia” e 4,6 M€ no medicamento para a doença de Parkinson.

O aumento em “outras aplicações financeiras” refere-se a verbas despendidas para o Fundo de Compensação do Trabalho.

RUBRICAS	2018			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. e ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	8 646 508	0	0	8 646 508
Edifícios e outras construções	21 279 905	615 244	152 016	22 047 166
Equipamento básico	23 482 272	2 206 058	-67 686	25 620 644
Equipamento de transporte	479 547	117 790	0	597 337
Equipamento administrativo	8 700 304	833 592	-36 822	9 497 074
Outros ativos fixos tangíveis	1 456 847	49 863	-664	1 506 045
Imobilizações em curso	343 647	1 372 994	-154 392	1 562 248
Adiantamentos a fornecedores de investimento	0	2 290 000	0	2 290 000
	64 389 030	7 485 541	-107 548	71 767 023
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	328 678 591	10 591 329	-701 080	338 568 839
Propriedade industrial	29 511 691	1 797 245	-840	31 308 097
Outros ativos intangíveis	496 509	0	0	496 509
Ativos intangíveis em curso	174 575	121 767	-11 156	285 185
	358 861 366	12 510 341	-713 077	370 658 630
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	163 234	0	0	163 234
Empréstimos a empresas do grupo	0	0	0	0
Partes de capital em outras empresas	114 820	0	0	114 820
Outras aplicações financeiras	222 339	47 538	0	269 876
	500 392	47 538	0	547 929
TOTAIS	423 750 788	20 043 420	-820 625	442 973 583

b) Amortizações

RUBRICAS	2019			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	14 225 076	907 648	-3 725	15 128 999
Equipamento básico	19 044 902	1 539 522	-109 371	20 475 052
Equipamento de transporte	391 568	73 482	0	465 050
Equipamento administrativo	8 386 748	567 401	-13 261	8 940 888
Outros ativos fixos tangíveis	1 334 403	35 526	-3 674	1 366 255
	43 382 697	3 123 579	-130 031	46 376 244
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	99 699 618	20 653 057	0	120 352 675
Propriedade industrial	20 568 878	3 153 532	0	23 722 410
Outros ativos intangíveis	496 509	-	0	496 509
	120 765 005	23 806 588	0	144 571 593
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	0	0	0	0
Partes de capital em outras empresas	0	0	0	0
Outras aplicações financeiras	0	0	0	0
	0	0	0	0
TOTAIS	164 147 702	26 930 168	-130 031	190 947 838

De realçar a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Zebinix para as áreas terapêutica antiepilética adjuvante, "monoterapia" e pediatria (€ 5.379.359, € 7.266.922 e €2.076.446, respetivamente), cuja comercialização se iniciou em 2009, 2015 e 2017, respetivamente. Salientamos ainda a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Ongentys para a doença de Parkinson (€ 3.611.304), cuja comercialização se iniciou em 2016.

Encontra-se registadas perdas por imparidade de € 10.441.969 e € 10.035.444, relativas, respetivamente, ao projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática neuralgia diabética e da dor neuropática neuralgia pós-herpética, que correspondem ao total do custo do investimento líquido de amortização.

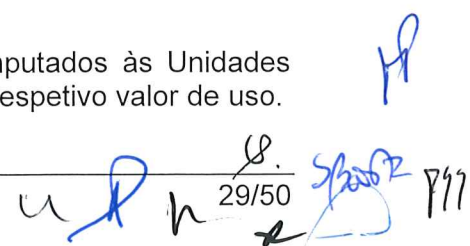
RUBRICAS	2018			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF.E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	0			0
Edifícios e outras construções	13 372 282	852 794		14 225 076
Equipamento básico	17 995 362	1 117 226	-67 686	19 044 902
Equipamento de transporte	301 758	89 810		391 568
Equipamento administrativo	7 991 134	432 436	-36 822	8 386 748
Outros ativos fixos tangíveis	1 308 634	26 433	-664	1 334 403
	40 969 170	2 518 699	-105 172	43 382 697
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	79 828 614	19 877 039	-6 035	99 699 618
Propriedade industrial	17 537 405	3 032 313	-840	20 568 878
Outros ativos intangíveis	496 509			496 509
	97 862 528	22 909 352	-6 875	120 765 005
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	0			0
Partes de capital em outras empresas	0			0
Outras aplicações financeiras	0			0
	0	0	0	0
TOTAIS	138 831 698	25 428 051	-112 047	164 147 702

c) Imparidades em ativos intangíveis

DESCRIÇÃO	IMPARIDADES	AUMENTO	REVERSÃO	TOTAL
Projetos de desenvolvimento	22 752 681	0	2 275 268	20 477 413
Propriedade industrial	94 990	0	37 716	57 274
TOTAL	22 847 671	0	2 312 984	20 534 687

A imparidade dos ativos intangíveis é testada anualmente independentemente de haver ou não indicação de que estes ativos possam estar em imparidade.

Dado que estes ativos não geram só por si fluxos de caixa, são imputados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) a que pertencem por forma a determinar o respetivo valor de uso.



 29/50

O valor de uso do ativo intangível é determinado utilizando projeções de fluxos de caixa durante o período no qual os medicamentos estão protegidos pela patente (geralmente até 2028, com redução significativa após 2021, data a partir da qual a patente expira) aprovados pela Administração, as quais têm em conta as receitas provenientes da comercialização dos medicamentos e as receitas provenientes de “milestones”, deduzidas das despesas de desenvolvimento associadas. Os fluxos de caixa futuros foram descontados usando uma taxa de desconto de 6,4% (2018: 8,7%).

Em sequência do teste de imparidade efetuado, conclui-se que existe uma margem de segurança elevada face a variações não estimadas, quer das receitas, quer da taxa de desconto, que permite a recuperabilidade do ativo.

O cálculo do valor descontado (método dos “Discounted Cash-Flows”) é especialmente sensível às seguintes variáveis:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento;
- Período de vida útil;
- Taxas de desconto (tendo em conta nomeadamente que ativos intangíveis têm um risco associado superior).

O valor de uso dos ativos tangíveis é determinado, quando existem indícios de imparidade, utilizando projeções de fluxos de caixa de orçamentos para cinco anos aprovados pela Administração e não têm em conta eventuais atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da UGC que está a ser testada.

Os resultados do teste indicam que o valor recuperável dos ativos é bastante superior ao valor contabilístico.

A forma de agregar ativos para identificar as unidades geradoras de caixa não se alterou desde o último exercício.

Parte dos ativos intangíveis foram adquiridos beneficiando de subsídios do Governo.

d) Participações financeiras

As Participações financeiras encontram-se assim distribuídas:

Sociedade	Sede	Participação	Capital Próprio	Resultado em 2019	Valor de Balanço 2019	Valor de Balanço 2018
Medimport	Moçambique	7,5%	MZM 37 546 616	MZM 19 272 664	158 303	158 303
Bial Angola	Angola	33%	AKZ -39 426 540	AKZ -60 245 856	-22 177	4 931
TOTAL					136 126	163 234

Os movimentos no valor dos investimentos financeiros em empresas do grupo foram os seguintes:

Saldo em 1 de janeiro de 2019	163 234
Aplicação do método da equivalência patrimonial - perda Bial-Angola	-3 050
Imparidade Bial-Angola	-24 058
Sub-total	136 126

e) Outra informação

Os ativos fixos tangíveis estão totalmente afetos à produção, comercialização e promoção de especialidades farmacêuticas, atividade a que a empresa se dedica.

O valor de ativos tangíveis em poder de terceiros é nulo e não há ativos tangíveis localizados no estrangeiro.

8. Imparidades (ativos correntes)

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo Final
Existências:					
- Matérias-primas	28.028	41 381	-	-	69 409
- Mercadorias	27.955	13 380	-	-	41 335
- Produtos acabados e intermédios	151.346	8 204	-	105 754	53 796
Subtotal	207.329	62 965	-	105 754	164 540
Dívidas de Terceiros:					
- Clientes c/c	129.355	10 159	-	-	139 514
- Outros créditos a receber	34.108	100 000	-	-	134 108
Subtotal	163.463	110 159	0	0	273 622
TOTAL	370.792	173 124	0	105 754	438 162

9. Outros créditos a receber

	2019	2018
Empresas do grupo (nota 29)	646 570	231 864
EISAI	498 352	506 116
Whanin Pharm	400 000	500 000
Adiantamentos a fornecedores	15 137 362	10 780 944
Outros	430 686	467 094
Curto prazo	17 112 970	12 486 018

Está constituída uma imparidade de € 134.108 (2018: € 34.108).

10. Clientes

	2019	2018
Médio e longo prazo:		
BIAL Espanha	5 000 000	-
BIAL Itália	11 000 000	-
	16 000 000	-
Curto prazo:		
Clientes armazenistas	4 409 802	4 913 071
Clientes laboratórios	3 272 510	2 542 128
Clientes estrangeiros	15 843 179	13 216 733
Clientes hospitalares, clínicas e outros	172 279	569 713
BIAL Espanha	7 929 605	7 746 550
BIAL UK	88 832	-
BIAL SA	23 790	-
BIAL Itália	5 304 495	1 880 761
Novipharma	2 490 775	1 702 465
Medimport	5 399 651	7 565 525
Bial Holding	955	-
	44 935 873	40 136 946
	60 935 873	40 136 946

Encontra-se registado o valor a receber referente ao licenciamento do ONgentys para os mercados espanhol e italiano, licenciamento válido pelo prazo de 20 anos, com os seguintes planos de pagamento (em M€):

	2020	2021	2022	2023
BIAL Espanha	4	5		
BIAL Itália	1	2	4	5
	<u>5</u>	<u>7</u>	<u>4</u>	<u>5</u>

Está constituída uma imparidade de € 139.514 relativamente a clientes (2018: € 129.355).

A antiguidade de dívida da Medimport a BIAL-Portela & C^a, S.A. é a seguinte:

Ano	Não vencido	< 6 meses	6 meses até 12 meses	1 ano até 2 anos	>2 anos	TOTAL
2019	1 084 773	1 522 489	561 885	1 058 188	1 172 316	5 399 651
2018	462 798	1 722 513	1 718 051	1 569 455	2 092 708	7 565 525

11. Estado e outros entes públicos

	2019 Ativo	2019 Passivo	2018 Ativo	2018 Passivo
IRC	-	640 064	-	533 554
IRS	-	621 935	-	602 359
IVA	925 220	-	3 229 817	-
Segurança Social	-	677 362	-	645 421
Infarmed	-	22 423	-	23 845
Outros	-	278 492	-	419 290
TOTAL	925 220	2 240 277	3 229 817	2 224 469

Não há dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

12. Diferimentos e acréscimos

a) Ativos

	2019	2018
Médio e longo prazo:		
Devedores por acréscimos de rendimentos	0	21 000 00
Curto prazo:		
Devedores por acréscimos de rendimentos	13 312 536	5 439 560
Gastos a reconhecer	2 022 499	1 736 958
TOTAL	15 335 035	28 176 518

O saldo de devedores por acréscimos de rendimentos inclui verbas a receber do Portugal 2020 relativas a participações financeiras em projetos de investigação e desenvolvimento (€ 12.369.723) (2018: 923.310).

b) Passivos

Credores por acréscimos de gastos	2019	2018
Remunerações a liquidar	3 878 792	3 809 797
Juros a liquidar	729 874	1 483 993
Outros	588 414	2 960 461
TOTAL	5 197 080	8 254 251

Rendimentos a reconhecer

Encontram-se registados €10 052 736 (2018: €44 191), na rubrica de rendimentos a reconhecer, referentes ao Portugal 2020.

13. Financiamentos obtidos

	Médio Longo Prazo 2019	Curto Prazo 2019	TOTAL 2019	TOTAL 2018
Descoberto bancário	-	-	-	-
Financiamentos bancários	87 574 405	69 589 621	157 164 027	119 332 952
Empréstimos empresas do Grupo	15 000 000	-	15 000 000	-
Empréstimo obrigacionista	71 500 000	8 500 000	80 000 000	125 560 000
Subsídios reembolsáveis	2 413 388	1 471 518	3 884 906	3 662 835
Contas correntes caucionadas	-	-	-	-
TOTAL	176 487 793	79 561 139	256 048 933	248 555 787

O Grupo possui negociados e não utilizados com diversas instituições financeiras, financiamentos, descobertos bancários e contas caucionadas no montante de 28.5 M€.

As principais garantias e condições dos contratos com os bancos são as seguintes:

Garantias:

- Não há qualquer garantia dada por BIAL, exceto as mencionadas na Nota 33.

Outras condições:

- Ownership, Pari Passu, Cross-Default e Negative pledge;
- Constituem condições de denúncia de contratos de financiamento o incumprimento das condições contratualmente definidas banco a banco.

Relativamente aos empréstimos obrigacionistas, a decomposição é a seguinte:

- 2017: € 10.000.000, com maturidade em 2021, tendo sido tomado por uma instituição bancária.
- 2018: € 60.000.000, com maturidade em 2023, sendo a cotação da Euronext Access no final do ano de €104, encontrando-se acima do par (€100).
- 2018: € 10.000.000, com maturidade em 2022, tendo sido tomado por uma instituição bancária.

A maturidade dos financiamentos obtidos de médio e longo prazo é a seguinte:

	Financiamentos Bancários	Banco Europeu de Investimentos	Empréstimos empresas do Grupo	Empréstimo obrigacionista	Subsídios reembolsáveis	TOTAL
2020	61 700 007	7 889 614	0	8 500 000	1 471 518	79 561 139
2021	26 803 572	3 333 333	0	8 000 000	533 378	38 670 283
2022	26 312 500	3 333 333	5 000 000	3 500 000	533 378	33 679 211
2023-2027	26 125 000	16 666 667	10 000 000	60 000 000	1 346 632	104 138 299
TOTAL	140 941 079	31 222 947	15 000 000	80 000 000	3 884 906	256 048 933

14. Fornecedores

Fornecedores correntes – corresponde, maioritariamente, a fornecedores de matérias-primas e prestadores de serviços de I&D.

A composição da rubrica de Fornecedores de Investimento é a seguinte:

Bem	Valor do Contrato			Valor residual	Valor em dívida em 31.12.2019		Total
		Início	Fim		Curto-Prazo	Médio-Longo Prazo	
Viatura ligeira	176 140	2017	2021	8.801	27 785	30 523	58 308
Viatura ligeira	95 764	2018	2022	1.901	34 390	34 523	58 913
Linha de embalagem	1 666 579	2016	2020	33.203	137 743		137 743
					199 917	55 046	254 963
TOTAL da rubrica de fornecedores de investimentos					3 136 332	55 046	3 191 378

35/50

15. Outras dívidas a pagar

	2019	2018
Médio e longo prazo:		
Subsídios - imposto diferido a pagar	8 074 918	8 845 188
Curto prazo:		
Empresas do grupo (nota 29)	-	-
Outros	533 501	402 674
	533 501	402 674
TOTAL	8 608 419	9 247 862

A partir de 2013, são registados em "outras dívidas a pagar", os impostos diferidos passivos, calculados sobre subsídios não reembolsáveis, de acordo com FAQ da CNC.

16. Capital Subscrito

O capital subscrito de BIAL - Portela & C^a, SA está representado por 10 000 000 ações ao portador de valor nominal de 5 euros, estando integralmente realizado.

Em 2012, o capital subscrito foi aumentado de € 43 500 000 para € 50 000 000 por escritura pública realizada em 8 de janeiro de 2012.

À data de 31.12.2019, a BIAL Holding, S.A. detém 100% do Capital.

A proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral de Acionistas é de que o Resultado Líquido do Exercício de € 380'973,92 seja afeto a:

- Reservas Legais: € 19'100,00
- Resultados Transitados e outras reservas: € 361'873,92.

17. Vendas e serviços prestados

O valor líquido das vendas e das prestações de serviços distribui-se como segue:

	2019	2018
<u>Mercado interno</u>	<u>71 112 005</u>	<u>75 069 448</u>
- Vendas	63 509 149	68 507 768
- Prestação de serviços	7 602 856	6 561 680
<u>Mercado externo</u>	<u>134 050 135</u>	<u>125 030 639</u>
- Vendas	103 443 239	79 942 977
- Prestação de serviços	30 606 896	45 087 662
TOTAL	<u>205 162 140</u>	<u>200 100 087</u>

36/50

Em 2019 encontram-se contabilizados na rubrica de prestação de serviços (mercado externo) os “milestones” de licenciamento de BIA 9 para o Japão (11,6 M€) e para os EUA (10 M USD). Existem ainda “milestones” de licenciamento de BIA 9 para a Coreia do Sul (1,5 M€) e para Taiwan (0,3 M€). As prestações de serviços no mercado interno referem-se, essencialmente, à promoção de medicamentos comercializados por outras empresas.

As prestações de serviços no mercado interno referem-se, essencialmente, à promoção de medicamentos comercializados por outras empresas.

Em 2018 encontram-se contabilizados na rubrica de prestação de serviços (mercado externo) os “milestones” de licenciamento de BIA 9 para Espanha (12,5 M€), para Itália (12 M€), para os EUA (10 M USD), para a China (2,5 M€) e para a Coreia do Sul (1 M€). Existem ainda “milestones” de licenciamento de BIA 2 para a Coreia do Sul (1 M€). As prestações de serviços no mercado interno referem-se, essencialmente, à promoção de medicamentos comercializados por outras empresas.

Em 2019, as vendas para o mercado externo incluem € 1,6M de princípios ativos (2018: € 173 396).

18. Subsídios à exploração

Inclui a comparticipação para despesas realizadas no âmbito do Portugal 2020 – projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, cujo contrato foi assinado em 2019/12/20 e comparticipa despesas realizadas no período de 2018-2021.

19. Demonstração da variação da produção

MOVIMENTOS	PROD. ACABADOS E INTERMÉDIOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	TOTAL	2018
Existências finais	4 483 692	2 224 116	6 707 808	10 874 919
Regularização de existências	632 071	-46 203	585 870	621 035
Existências iniciais	-7 939 906	-2 935 013	-10 874 919	-8 703 008
Aumento/(Redução) no ano	-2 824 143	-757 099	-3 581 242	2 792 945

20. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas

MOVIMENTOS	MAT. PRIMAS, SUBSID. E DE CONSUMO	MERCADORIAS	TOTAL	2018
Existências iniciais	27 206 241	3 989 001	31 195 242	27 543 683
Compras	30 146 021	21 757 912	51 903 933	56 318 226
Regularização existências	-657 255	-155 128	-812 783	193 743
Existências finais	-26 201 410	-3 548 125	-29 749 535	-31 195 242
Custos no período	30 493 596	22 043 260	52 536 857	52 860 409

O valor global de existências em poder de terceiros, à data de 31.12.2019, é de € 13 915 433 (2018: € 8 700 543).

21. Fornecimentos e serviços externos

	2019	2018
Trabalhos especializados	51 795 223	61 837 855
Publicidade e propaganda	13 337 773	14 256 688
Honorários	11 280 255	7 372 268
Rendas e alugueres (ver nota 30)	2 130 930	2 052 873
Deslocações e estadas	2 398 574	1 875 565
Materiais	1 004 697	1 359 191
Comissões	1 417 756	1 094 622
Conservação e reparação	961 272	1 047 294
Combustíveis	975 287	927 444
Transportes de mercadorias	670 667	588 551
Eletricidade	610 876	491 232
Seguros	418 663	387 702
Royalties	139 363	198 372
Comunicação	173 496	119 632
Outros	1 004 601	1 056 569
TOTAL	88 319 432	94 665 858

22. Gastos com o pessoal

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais	2 982 321	2 972 731
Remunerações do pessoal	20 060 516	18 807 509
Encargos sociais	5 186 029	4 873 064
Outros gastos com pessoal	1 970 865	1 673 569
TOTAL	30 199 721	28 326 873

O número médio de empregados em 2019 foi de 415 (2018: 387). Em 31.12.2019 o número de empregados era de 426 (2018: 410).

Em 31.12.2019 o valor das dívidas a receber do pessoal é de €2 634 (2018: €0).

8.

23. Outros rendimentos

	2019	2018
Rendimentos suplementares	8 037 930	6 156 777
Descontos p.p. obtidos	10 858	5 117
Rendimentos e ganhos investimentos não financ.	596	3 801
Diferenças de câmbio favoráveis	1 166 968	625 382
Imputação de subsídios para investimentos	3 423 420	3 528 274
Outros	479 316	61 009
TOTAL	13 119 088	10 380 360

Os Rendimentos suplementares incluem €772 421 e €350 099 de gastos com aluguer de viaturas e combustível redebitados, respetivamente, às restantes empresas nacionais do Grupo BIAL, dado que são os colaboradores destas a usufruírem do seu uso.

Os subsídios para investimentos referem-se à comparticipação para despesas realizadas no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, considerando a respetiva imputação proporcional à amortização dos investimentos subsidiados.

24. Outros gastos

	2019	2018
Impostos	2 270 355	1 368 856
Donativos	2 099 900	2 067 050
Multas e penalidades	1 553 841	446 415
Despesas de propriedade industrial	1 239 038	1 016 741
Diferenças cambiais	1 323 593	879 505*
Gastos com desenvolvimento de mat. prima	1 113 083	0
Perdas em inventários	892 234	698 927
Descontos de p.p. concedidos	276 850	228 423
Correções relativas a exercícios anteriores	244 644	139 336
Ofertas e amostras de inventários	208 738	206 627
Quotizações	188 259	165 755
Insuficiência de estimativa para imposto	43 941	0
Gastos e perdas investimentos não financeiros	657	2 376
Outros	258 364	11 414
TOTAL	11 713 496	7 231 425

*Em 2018 as diferenças de câmbio desfavoráveis na linha de “Juros e gastos similares suportados”. No entanto, uma vez que estão relacionadas com a atividade operacional, as mesmas foram reclassificadas.

As “Perdas em inventários” dizem respeito a destruição de produto acabado por prazo de validade (devoluções de clientes) e quebras ocorridas durante o processo produtivo.

Com vista a assegurar o plano de expansão comercial de Ongentys, a Empresa celebrou contratos para garantia de produção da matéria prima, alinhada com o crescimento previsto no plano estratégico. Estes acordos justificam o montante registado em “Gastos com desenvolvimento de mat. prima”.

25. Imparidades, reduções de justo valor, reversões e provisões

	2019	2018
Imparidade para inventários (nota 8)	-62 965	-92 727
Imparidade para clientes (nota 8)	-10 159	0
Imparidade para outros devedores (nota 8)	-100 000	0
Perdas por imparidade	-173 124	-92 727
(Imparidade) / Reversão para BIA2 (nota 7)	2 275 268	2 275 268
(Imparidade) / Reversão da imparidade para patentes (nota 7)	37 716	88 606
Ativos depreciables/amortizáveis	2 312 984	2 363 874
Reversão da imparidade para clientes (nota 8)	0	0
Reversão da imparidade para outros devedores (nota 8)	0	1 816
Reversão da imparidade para inventários (nota 8)	105 754	0
Reversão da provisão para devolução de clientes	15 559	0
Reversões	121 313	1 816
Provisão para devolução de clientes	0	-41 447
Provisões	0	-41 447

O total da provisão para devolução de clientes, registada no balanço, à data de 31/12/2019, ascende a € 336 713 (2018: € 352 272).

26. Juros e rendimentos/gastos similares

	2019	2018
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	5 938 778	5 917 370
Juros empresas do Grupo (Nota 29)	112 500	0
Outros custos e perdas financeiros	2 031 785	2 111 691
	8 083 063	8 029 061
Resultados financeiros	(7 895 984)	(7 779 231)
	187 080	249 830
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos	187 080	249 830
Outros rendimentos similares	0	0
	187 080	249 830

27. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento (SIFIDE II)

- Crédito fiscal de 2014 de investigação e desenvolvimento	12 365 891,00
- Crédito fiscal de 2015 de investigação e desenvolvimento	8 557 599,00
- Crédito fiscal de 2016 de investigação e desenvolvimento	7 957 819,00
- Crédito fiscal de 2017 de investigação e desenvolvimento	7 361 819,28
- Crédito fiscal de 2018 de investigação e desenvolvimento	9 803 900,00
- Crédito fiscal de 2019 de investigação e desenvolvimento	7 365 000,00

Saldo a Transitar **53 412 028,28**

Nota: O crédito fiscal de 2018 e 2019 está pendente de aprovação pela Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial.

28. Investimentos em investigação e desenvolvimento

	2019	2018
Projetos de I&D (ativo intangível)	5 536 927	10 602 485
Ativo tangível	1 573 937	2 731 691
Gastos com pessoal	10 406 780	8 951 424
Fornecimentos e serviços diretamente relacionados com atividades de I&D	26 490 675	31 878 406
Outros Gastos	1 113 083	0
Investimento total	45 121 402	54 164 006

A empresa registou, adicionalmente, os seguintes investimentos, gastos e ganhos relativos à atividade de investigação e desenvolvimento:

	2019	2018
Amortizações	21 524 013	20 444 889
Imparidade / (Reversão) - BIA2	-2 275 268	-2 275 268
Direitos de propriedade industrial - gastos	296 762	225 652
Direitos de propriedade industrial – ativo (nota 7)	3 153 532	1 797 245
Prestação de serviços (milestones)	-22 258 744	-37 027 615
Total	440 295	-16 835 096

29. Saldos e transações com empresas do grupo

DESCRIÇÃO	SALDOS DE BALANÇO							
	Clientes		Fornecedores		Outros créditos a receber e outros ativos		Empréstimos obtidos	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
EMPRESA								
MediBIAL	-	-	280 966	412 111	-	-	-	-
BIALport	-	-	493 587	537 726	-	-	-	-
InterBIAL	-	-	187 208	307 294	-	-	-	-
BIAL Consumer Health	-	-	106 897	233 544	-	-	-	-
BIAL Holding	955	-	-	7 662 756	-	-	15 000 000	-
BIAL Espanha (nota 10)	12 929 605	7 746 550	-	-	-	-	-	-
Novipharma	2 490 775	1 702 465	-	20 439	-	-	-	-
BIAL S.A. (Suíça)	23 790	-	-	-	-	-	-	-
BIAL Itália (nota 10)	16 304 495	1 880 761	-	-	-	-	-	-
BIAL UK	88 832	-	-	167 370	-	-	-	-
BIAL DE	-	-	-	145 992	-	-	-	-
BIAL Angola	-	-	-	-	574 194	231 864	-	-
BIAL América Latina	-	-	-	120 995	72 376	-	-	-
Medimport	5 399 650	7 565 525	-	45 417	-	-	-	-
Total saldos do grupo	37 238 101	18 895 301	1 068 658	9 653 644	646 570	231 864	15 000 000	-
Total da Rubrica	60 796 360	40 007 591	25 848 497	34 300 802	17 112 970	12 451 910	176 048 933	122 995 787

Parte do saldo de clientes é de médio longo prazo (nota 10).

O empréstimo da Bial Holding, S.A. é remunerado a taxa de mercado.

RUBRICAS	TRANSAÇÕES - RENDIMENTOS							
	Vendas		Serviços prestados		Outros rendimentos e ganhos		Juros e outros rendimentos similares	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
EMPRESA								
Bial Holding	-	-	-	-	7 434	2 945	-	-
MediBIAL	-	-	-	-	322 706	331 499	-	-
BIALport	-	-	-	-	404 720	474 897	-	-
InterBIAL	-	-	-	-	284 774	297 811	-	-
BIAL OTC	-	-	-	-	102 706	88 299	-	-
BIAL Itália	3 564 068	793 803	-	12 000 000	1 158 767	102 663	-	-
BIAL Espanha	9 815 315	10 801 197	-	12 500 000	2 779 344	1 346 019	-	-
Novipharma	1 550 396	184 863	19 732 276	7 742 909	75 752	126 360	-	-
Bial SA (Suíça)	-	-	-	-	23 790	-	-	-
BIAL UK	-	-	-	-	275 107	160 487	-	-
BIAL DE	-	-	-	-	276 609	201 983	-	-
BIAL Angola	-	-	-	-	-	-	-	-
BIAL América Lat.	-	-	-	-	-	-	-	-
Medimport	3 050 117	3 109 505	-	-	425	-	-	-
Total Emp. Grupo	17 979 896	14 889 368	19 732 276	32 242 909	5 712 314	3 132 963	-	-
Total da Rubrica	166 952 388	148 450 744	37 909 753	51 649 343	13 119 088	10 380 360	187 080	249 830

RUBRICAS	Fornecimentos e serviços externos		Compras		Juros empresas Grupo		Outros gastos e perdas	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
EMPRESA								
MediBIAL	2 270 452	2 213 155	-	-	-	-	-	-
BIALport	2 811 457	2 910 046	-	-	-	-	-	-
InterBIAL	2 015 410	1 948 029	-	-	-	-	-	-
BIAL OTC	807 698	742 190	-	-	-	-	-	-
BIAL Holding	480 000	480 000	-	-	112 500	-	-	-
BIAL Espanha	11 273	-	20 350	-	-	-	21 029	-
BIAL Itália	1 235 984	2 466 264	-	-	-	-	-	-
Novipharma	72 029	189 132	2 696 016	184 863	-	-	-	-
BIAL DE	7 229 574	7 119 482	-	-	-	-	-	-
BIAL UK	4 122 247	3 467 004	-	-	-	-	-	-
Medimport	15 000	-	-	-	-	-	-	-
BIAL Angola	1 557 955	1 426 720	-	-	-	-	-	-
BIAL América Lat.	304 109	604 085	-	-	-	-	-	-
Total Emp. Grupo	22 933 188	23 566 107	2 716 366	184 863	112 500	-	-	-
Total da Rubrica	88 059 019	94 665 858	51 903 933	56 318 226	112 500	0	11 713 496	6 351 920

30. Locações

a. Locações financeiras

A empresa possui contratos de locação financeira para ativos do equipamento básico e equipamento de transporte. Estes contratos têm opções de compra. Os ativos locados não podem ser sujeitos a sublocação.

A quantia inicial escriturada dos bens em regime de locação financeira, para cada categoria de ativo, consta da nota 14.

b. Locações operacionais

Os contratos de locação operacional em que a empresa é locatária referem-se a viaturas colocadas à disposição de Administradores e colaboradores.

Os contratos não contêm cláusulas de opção de compra.

A empresa tem por política proceder à efetiva substituição das viaturas no fim dos contratos que têm uma duração de 4 anos.

Não há restrições impostas por contratos de locação operacional.

O valor registado em custos do ano relativo a locações operacionais foi de €1.959.333,13 (2018: €1.940.507).

(Handwritten signatures and initials)

31. Risco Financeiro

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco do justo valor dos cash-flows futuros flutuarem em função de alterações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba três tipos de risco: risco de taxa de juro, risco cambial e outros riscos de preços.

- Risco de taxa de Juro

A empresa acompanha a evolução das taxas de juro de mercado, efetuando coberturas através de contratação de taxa de juro fixa, sempre que oportuno, com o objetivo de minimizar os riscos de exposição a variação de taxas de juro.

- Risco de câmbio

A empresa não está exposta ao risco de câmbio de forma significativa, na medida em que grande parte das suas receitas são expressas em Euros, bem como os passivos financeiros.

Nas contas a receber e nas contas a pagar comerciais, existem saldos expressos em moeda diferente do Euro, mas sem expressão relevante, tal como a seguir indicado:

Fornecedores de investimento:

Moeda	Montante
JPY	150 000
USD	475 822
CHF	119 196
GBP	569 834

Fornecedores:

Moeda	Montante
GBP	1 092 155
USD	4 282 864
CHF	3 757 016
SEK	214 900
JPY	12 436 000

Outros créditos a receber

Moeda	Montante
GBP	8 034 097
USD	483 480
CHF	1 164 090

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco dos seus clientes não cumprirem com as suas obrigações.

O controlo deste risco é exercido com base em informação recolhida internamente (área comercial) e externamente, na qual se define a aprovação do crédito a conceder. A Direção Financeira efetua o controlo dos plafonds estabelecidos.

A empresa tem políticas que asseguram que as vendas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. A empresa tem políticas que limitam o montante de crédito a que têm acesso os clientes.

Uma parcela significativa da faturação interna é cedida a uma empresa de factoring, registando-se o crédito cedido sem recurso como disponibilidade imediata. O crédito cedido com recurso fica registado em outros créditos a receber na empresa de factoring. Em qualquer dos casos, a responsabilidade de clientes é diminuída pela cessão dos créditos. O factoring possui um seguro de crédito que auxilia a definição da concessão de plafonds de crédito.

Apesar de existirem atrasos na liquidação de saldos, tal não significa, com base na informação existente e nos dados históricos de cada cliente, que seja de reconhecer imparidades para além das já registadas. A 31 de dezembro não existem indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que uma entidade venha a encontrar dificuldades para satisfazer compromissos associados aos passivos financeiros e compromissos assumidos. Num eventual contexto de crise financeira, com maior restrição de acesso ao crédito, e tendo em conta a opção estratégica de continuar a executar o plano de I&D ao mesmo ritmo dos últimos anos, Bial pode ficar exposto a este risco.

Outros riscos operacionais

O mercado farmacêutico é regulamentado pelo Infarmed na sua componente técnica e científica, assim como na área de preços e participações pelo SNS.

Nos últimos anos têm sido várias as alterações legislativas, salientando-se a que respeita à prescrição por designação comum internacional (Lei n.º 11/2012, que estabelece novas regras de prescrição e dispensa de medicamentos, procedendo à sexta alteração ao regime jurídico dos medicamentos de uso humano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto, e à segunda alteração à Lei n.º 14/2000, de 8 de Agosto).

Por outro lado, destaca-se a metodologia de determinação de preços de venda ao público, com base na definição de países de referência.

Os custos do SNS com o reembolso de medicamentos também registaram um decréscimo nos últimos anos, no âmbito do acordo entre a associação do sector, Apifarma, e o Ministério da Saúde.

No caso do limite de validade dos produtos, estes são definidos de acordo com as características de cada medicamento. As devoluções por prazo expirado são residuais, dada a gestão eficaz do circuito de venda, assim como as quebras por prazo expirado antes de comercialização, face à gestão de stocks eficaz adotada por BIAL.

No caso de sinistros é prática da empresa e das suas participadas a contratação de seguros em todas as áreas e pelos valores considerados suficientes.

32. Qualidade e Ambiente

Bial - Portela & C^a, S.A. encontra-se certificada pelas normas ISO 9001:2015 (Sistema de Gestão da Qualidade), ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental) e OHSAS 18001:2007/ NP 4397:2008 (Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho), tendo definido como objetivos prioritários no Plano Estratégico a três anos, os seguintes:

- Efetuar as alterações adequadas na estrutura corporativa para garantir a otimização do suporte aos desafios de crescimento da organização;
- Consolidar a política de Qualidade Total, Saúde e Segurança, bem como de Proteção Ambiental em todas as áreas do grupo;
- Produzir com alto padrão de Qualidade, respeitando o Meio Ambiente, a Saúde e a Segurança de todos os funcionários em conformidade com as GMP;
- Garantir a correta monitoração de processos e indicadores utilizados na avaliação de desempenho, definindo ações e mudanças estruturais para garantir que os objetivos planejados sejam alcançados;
- Fortalecer a gestão por objetivos para envolver todos os colaboradores na maior produtividade e qualidade de produtos e serviços, bem como na satisfação do cliente;
- Manter as certificações e autorizações existentes e aumentar o nível de implementação das GxP, trabalhando para alcançar o nível de Excelência.

De referir que os custos relativos à gestão ambiental com a Valormed são de €32 121 (2018: €29 889). A Valormed é a entidade responsável pela recolha de medicamentos e embalagens junto das Farmácias.

Os custos com encaminhamento de resíduos ascenderam a €32 525 (2018: €57 572).

A Qualidade é, em BIAL, um objetivo estratégico primordial, tendo sido significativa a sua evolução nos últimos anos. Em termos internacionais, BIAL deverá marcar presença entre as principais empresas e, para atingir esse objetivo, deverá continuar a investir na formação e sensibilização dos seus colaboradores para a Qualidade, Saúde e Segurança no Trabalho e Ambiente.

33. Garantias prestadas

Garantias bancárias prestadas por BIAL - Portela & C^a, SA à data de 2019.12.31:

Beneficiário	Tipo de garantia	Valor
BEI	Financiamento bancário	40 642 857
IAPMEI	QREN – Projeto 4584	40 802
IAPMEI	QREN – Projeto 4920	21 222
IAPMEI	QREN – Projeto 4859	35 727
IAPMEI	QREN – Projeto 17284	194 820
IAPMEI	QREN – Projeto 17282	213 938
IAPMEI	COMPETE – Projeto 2013/000029	75 001
IAPMEI	COMPETE – Projeto 2013/000030	201 237
IAPMEI	COMPETE – Projeto 2013/000031	130 402
IAPMEI	Fundos comunitários	64 940
IAPMEI	Fundos comunitários	71 313
MEDIMOC	Fornecimento de medicamentos	CHF 4 920
MEDIMOC	Fornecimento de medicamentos	CHF 43 000
EMPROFAC	Fornecimento de medicamentos	9 355
EMPROFAC	Fornecimento de medicamentos	10 273
SAMES MINISTRY HEALTH	Fornecimento de medicamentos	USD 7 803
IGIF	Fornecimento de medicamentos	3 315
C. M. MAIA	Caução de obras públicas	14 964
Serviço Autónomo Medicamento Saúde	Fornecimento de Medicamentos	878
Serviço Autónomo Medicamento Saúde	Fornecimento de Medicamentos	1 648
Emprofac	Fornecimento de medicamentos	9 199

34. Acontecimentos após a data do balanço

A pandemia com origem no COVID19 está a ter um enorme impacto social e económico nas maiores economias mundiais, nomeadamente, e por ordem cronológica, na China, União Europeia e EUA. No entanto, prevemos que o seu efeito seja diferenciado por sector de atividade, devendo ser o sector farmacêutico um dos que menos sentirá diretamente o impacto desta crise.

Pre vemos que a nossa atividade possa ser influenciada negativamente em 2020, mas sem colocar em causa a linha de desenvolvimento de Bial e cumprimento dos seus objetivos mais relevantes. É claro que dependerá do tempo em que se viver na União Europeia e nos EUA em crise, isto é, enquanto forem significativos os constrangimentos ao funcionamento da economia.

Bial está a implementar nos diversos países em que está presente planos de contingência, com diversos níveis de intervenção, consoante a situação concreta de cada país. Em Portugal a

empresa tem assegurado as suas atividades, ou nas suas instalações, ou através de teletrabalho. É de realçar que, até à presente data, a nossa atividade industrial e a distribuição de medicamentos não foi afetada, tendo sido tomadas as medidas apropriadas para evitar a quebras de produção ou a interrupção do fornecimento dos nossos medicamentos. É a nossa prioridade garantir que os pacientes que usam medicamentos Bial não tenham dificuldade em manter a sua utilização.

Em termos financeiros, consideramos que temos capacidade de cumprir com todos os compromissos presentes e futuros ao longo do corrente ano, atendendo à atual situação financeira de Bial e não é previsível uma alteração significativa das receitas e recebimentos nos próximos meses.

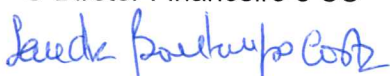
Conscientes das dificuldades, numa conjuntura atípica e volátil, estamos focados em cumprir a nossa missão, ao serviço dos pacientes, e confiantes que serão encontradas as soluções, internas e externas, adequadas para ultrapassar este período difícil.

35. Divulgações exigidas por diplomas legais

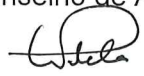
Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

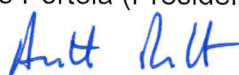
Trofa, 2020.03.24

O Diretor Financeiro e CC


Sandra Costa

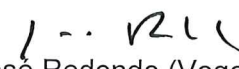
O Conselho de Administração


Luís Portela (Presidente)


António Portela (CEO)



Richard Pilnik (Vogal)


Isabel Morgado (Vogal)


José Redondo (Vogal)


Miguel Portela (Vogal)


Soares da Silva (Vogal)


José Bastos (Vogal)